

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

A vez da Justiça

Há décadas que um dos maiores entraves ao crescimento económico, ao investimento e ao desenvolvimento do país tem sido a Justiça. E manda a verdade dizer que o PSD também não está isento de culpas nesta sede. Basta atentar no facto de nos tempos mais recentes alguns dos ministros da Justiça que tivemos ou estavam arredados do mundo forense ou então viviam mais preocupados com a gestão da imagem do que com a substância das coisas. Os resultados estão à vista de todos: uma mão cheia de nada.

É por este legado pouco honroso que as nossas responsabilidades são maiores. Não podemos nem devemos embarcar em mapas judiciários que são verdadeiros biombos cujo verdadeiro alcance ninguém conhece. Não podemos nem devemos caucionar soluções economicistas de encerramento de comarcas que mandam às malvas a necessária coesão territorial e social do país. Não podemos pactuar com visões tecnocráticas espúrias que só vêm números e menorizam as pessoas.

Por tudo isto dizemos **não** a um remendo de reforma da Justiça. Mas diremos **sim** a uma verdadeira reforma que combata de uma vez por todas o âmago da questão: a morosidade intolerável da Justiça. Por isso somos a favor da simplificação das regras processuais. De mais e melhores meios financeiros e humanos para justiça. De melhor utilização da informática e da vídeo-conferência nos tribunais. De uma gestão mais racional dos recursos existentes.

Em suma, somos a favor de uma visão moderna da Justiça que arrede de uma vez por todas a matriz napoleónica burocratizante que ainda hoje lhe subjaz.

Mais de 1500 militantes no jantar do PSD em Viseu

«Coração de Portugal” e igualmente Coração do PSD»



Muita militância e grande entusiasmo nos distritos do Norte

Destaques:

- Viseu, Ilhavo, Feira, Valpaços, reúnem-se à volta de Menezes

Em “Actividades do Presidente

- Símbolo do PSD não muda e os “laranjas” continuam a ser “laranjas”...

Em “Actividades do PSD”

- PSD defende revisão global do quadro legal dos partidos

Em “Actividades do PSD”

Mais de 1500 militantes no jantar do PSD em Viseu

«Coração de Portugal» e igualmente Coração do PSD»

o “Coração de Portugal” é, igualmente, o “Coração do PSD”.

Cerca de 1500 pessoas marcaram presença no jantar que o PSD realizou, no Distrito de Viseu, na passada sexta-feira.

Como referiu na sua intervenção o Presidente da Assembleia Distrital e, também, Presidente da Câmara Municipal de Viseu e da Associação Nacional de Municípios, Dr. Fernando Ruas, o Distrito de Viseu demonstrou, uma vez mais, que para além de ser o “Coração de Portugal” é, igualmente, o “Coração do PSD”.

As boas-vindas estiveram a cargo do Presidente da Concelhia de Viseu, Dr. Manuel Teodósio e do Presidente da Distrital, Dr. José Cesário, tendo o jantar contado, ainda, com a participação do Presidente do Grupo Parlamentar, Dr. Santana Lopes.

Todos os intervenientes foram unânimes ao defender a necessidade do partido estar unido, numa conjugação de esforços tendente à conquista de 2009.

O Presidente do PSD, Dr. Luís Filipe Menezes, registou o facto dos militantes se encontrarem mobilizados, com convicção e vontade em ganhar os combates eleitorais que se avizinham, constituindo uma onda que nos vai levar às vitórias e provar que o PSD está no caminho certo.

A governação socialista, através da implementação das suas medidas tem revelado que em 2005 o primeiro-ministro não falou verdade aos Portugueses. Em vez do progresso prometido assistimos à subida dos impostos, ao aumento das taxas moderadoras, ao acesso à educação mais caro, ao aumento dos medicamentos, à introdução de portagens nas SCUTS, à diminuição do investimento público e ao congelamento dos salários na função



pública. Por outro lado, o aumento da despesa pública, a perda do poder de compra pelo nono ano consecutivo acelerou o endividamento externo e o das famílias portuguesas que, cada vez mais, vivem em piores condições, acentuando-se o fosso entre os que têm muito e os que nada têm.

O primeiro-ministro fugiu, assim, aos seus compromissos mais enfáticos para com os Portugueses.

O líder do partido apelou à crença e convicção dos militantes do PSD, em Viseu, uma vez que a nossa vitória em 2009 representará a esperança para o País, combatendo o retrocesso que vivemos nos últimos anos de Governo PS. - **Texto e fotos da nossa correspondente, Cláudia Bento**

«Os “barões” que me interessam são os “militantes de base”»

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, disse sexta-feira à noite, em Viseu, que os “barões” que lhe interessam são os “militantes de base”, desvalorizando os ataques internos à sua liderança.

Discursando no final de um jantar-convívio do PSD do distrito de Viseu, Luís Filipe Menezes considerou que, “em democracia, a legitimidade maior não é a do voto expresso”, que acontece no momento em que militantes ou cidadãos são chamados a dar uma opinião.

“Em democracia é preciso no quotidiano legitimar aquilo que decorre da votação popular. E se acho que há legitimação que nos dá a força da convicção de que vamos vencer é esta”, afirmou, referindo-se às 1.200 pessoas presentes.

“Alguém reuniria à volta de um projecto que não acreditasse com esta mobilização?”, questionou.

O líder social-democrata admitiu que “um partido tem necessariamente as suas quezílias internas, mas há quezílias que são boas”.

“Na nossa adolescência temos borbulhas na cara. Não significa que, de um momento para o outro, passámos a ser feios para depois voltarmos a ser bonitos”, comparou, acrescentando que tal significa “o

crescimento, o amadurecimento, a mudança de projecto”.

Na opinião de Luís Filipe Menezes, “o PSD hoje está no bom caminho”, percebendo que “para combater o poder socialista precisa de muita energia, de voltar às bases, de lhes dar de novo carinho”.

“Há muito tempo que não se vê no partido um presidente ser acompanhado pelo seu secretário-geral, pelo seu presidente do grupo parlamentar e no distrito ter três quartos dos presidentes de Câmara mobilizados num combate comum”, afirmou Luís Filipe Menezes, que esteve em Viseu acompanhado por Pedro Santana Lopes e por Ribau Esteves.

Pedro Santana Lopes frisou que o PSD tem um líder que “está a tomar medidas que são difíceis, posições que são corajosas”.

“Por isso mesmo, a nossa obrigação não é estar a pôr-lhe armadilhas à frente, atrás, ao lado, a nossa função é ajudar”, exortou Santana Lopes, acrescentando que “está na hora de acabar com a conversa estragada, de acabar com o que é secundário”.

Apelos idênticos foram deixados pelo presidente da distrital de Viseu do PSD, José Cesário, e pelo autarca Fernando Ruas, que admitiram ambos não ter votado em Luís Filipe Menezes.

Fernando Ruas afirmou que agora é hora de os social-democratas “se unirem em torno de um líder”, dizendo não fazer sentido que, como no futebol,





quando um jogador vai para rematar, “alguém da sua equipa lhe passe uma rasteira”.

Luís Filipe Menezes afirmou ainda que o primeiro-ministro, José Sócrates, já terá “alguma dificuldade” em ir ao Parlamento propor “qualquer tipo de baixa de impostos” depois do que disse em Bruxelas.

Reagindo ao anúncio feito na véspera por Luís Filipe Menezes de que o PSD vai propor uma descida de impostos no Orçamento do Estado para 2009, José Sócrates afirmou sexta-feira, em Bruxelas, que é “leviano e irresponsável” fazê-lo sem se conhecer os dados finais da economia portuguesa do ano passado e os indicadores dos primeiros meses deste ano.

“Se o primeiro-ministro chama isso de leviano e irresponsável, posso deduzir dessa afirmação que não irá descer impostos até 2009, não irá tomar nenhuma medida eleitoralista de última hora, não irá fazer aquilo que o ministro das Finanças disse na semana passada numa entrevista a um jornal estrangeiro, porque ainda tem vergonha de o dizer em Portugal”, considerou Menezes.

O líder do PSD fez votos para que José Sócrates “não queira que esse ataque lhe seja reendereçado”, não da sua parte, “mas por ele próprio, Sócrates, em função de uma opção lá para diante, que tenha a ver exclusivamente com os seus benefícios eleitorais”.

Segundo Luís Filipe Menezes, o presidente do grupo parlamentar, Santana Lopes, “que tem afrontado com coragem, determinação e frontalidade” o primeiro-ministro, irá perguntar-lhe nos próximos debates “o que é para ele consolidação orçamental”.

«Sócrates não é leviano nem irresponsável: é incompetente e não cumpre!»

“Ele sempre disse que iria baixar



impostos aos portugueses quando houvesse consolidação orçamental. Ele vai ter que dizer de quanto é o défice, o crescimento, a dívida pública e o endividamento externo, para termos de facto consolidação orçamental”, referiu.

No entanto, Menezes considera à partida que “depois do que (o primeiro-ministro) disse em Bruxelas, já terá alguma dificuldade de ter o descaramento de ir ao Parlamento e, nas circunstâncias actuais, propor qualquer tipo de baixa de impostos”.

Luís Filipe Menezes lamentou o uso dos termos “leviano e irresponsável”, que disse serem “palavras grossas”.

“Não sou capaz de dizer que o primeiro-ministro de Portugal é irresponsável ou leviano. Só sou capaz de dizer que ele é incompetente, que não conseguiu cumprir aquilo que prometeu”, frisou.

Na sua opinião, “leviano e irresponsável o primeiro-ministro não é, nem este nem nenhum”.

“Quem chega a primeiro-ministro de Portugal é alguém que quer o melhor

para os portugueses e eu acredito que o engenheiro José Sócrates quer o melhor para os portugueses, só não conseguiu atingir aquilo com que sonhou, porque as suas opções políticas estão erradas”, acrescentou.

O líder social-democrata estima que, para Portugal atingir o crescimento da União Europeia “ao ritmo do engenheiro José Sócrates precisava de 130 anos de governação socialista”, porque “apesar de ele correr muito a pé, anda parado a governar”.

“Nós não dizemos que vamos chegar lá em um ano ou dois, dizemos é que se tivermos convicção, esperança, se dermos liberdade aos nossos empresários, se acreditarmos na nossa economia, se libertarmos a nossa sociedade deste peso opressivo do Estado, se mobilizarmos o país, podemos chegar lá muito mais depressa”, explicou.

Foi neste âmbito que diz ter apresentado quinta-feira, em entrevista à RTP, a proposta de descida dos impostos.

“É impossível competir,

nomeadamente à escala ibérica, com impostos elevadíssimos como temos e com a situação fiscal do outro lado da fronteira”, afirmou, reiterando a necessidade de “rapidamente caminhar para uma harmonização fiscal” com Espanha.

Menezes garantiu que, se o PSD passar a governar, Portugal estará em quatro anos nivelado com Espanha em termos fiscais.

“A competição de Portugal não é com a Europa do Centro, é com a Espanha. Os portugueses para serem mais ricos têm de crescer, no mínimo, um ponto percentual acima da Espanha durante duas legislaturas”, acrescentou.

PSD vai apresentar diplomas de concessão, aos emigrantes, do direito de votar nas autárquicas.

O líder social-democrata, Luís Filipe Menezes, anunciou hoje que o PSD vai apresentar no Parlamento diplomas para conceder aos emigrantes de segunda e terceira geração, “em certas circunstâncias” o direito de votarem nas eleições autárquicas.

“O PSD irá apresentar um conjunto de diplomas para o qual gostaria de ter um consenso partidário sobre o estatuto de cidadania dos portugueses que vivem no estrangeiro, nos direitos da segunda e terceira geração de imigrantes e apontando para a possibilidade de terem capacidade eleitoral activa nas eleições autárquicas”, afirmou Luís Filipe Menezes.

O líder do PSD falava aos jornalistas na residência oficial do primeiro-ministro, em S. Bento, no final de uma audiência com José Sócrates no âmbito da preparação do conselho europeu que começa quinta-feira em Bruxelas.

Menezes disse que informou José Sócrates sobre a apresentação dos diplomas para os quais espera obter “um amplo consenso partidário” para “corresponder aos anseios já distantes”





de muitos portugueses que vivem e trabalham fora de Portugal.

O líder do PSD defendeu que pelo menos aqueles emigrantes que pagam impostos em Portugal, nos seus municípios de origem, devem poder votar para os órgãos autárquicos e não apenas para o Presidente da República e nas legislativas.

Questionado sobre a situação interna no PSD, Luís Filipe Menezes recusou responder, argumentando que a residência oficial do primeiro-ministro não é o lugar para falar de assuntos internos do seu partido.

“Seria de uma total insensatez estar a comentar a vida interna do meu partido”, disse.

«Responsáveis pela maior multa do PSD, terão “moral” para criticar agora o novo regulamento de quotas ?»

Entrevistado pela RTP, Luís Filipe Menezes foi questionado sobre a contestação de dez antigos secretários-gerais do PSD à reforma dos regulamentos internos.

“Alguns desses meus companheiros, aliás sérios e que eu defenderei em toda e qualquer circunstância na praça pública contra quem os queira difamar, foram os responsáveis pela maior multa que o PSD vai ter que pagar, a minha direcção”, disse.

“Quem é responsável por um financiamento irregular de 250 mil euros tem moral para vir questionar o presidente do partido por facilitar a vida ao pobre militante de base?”, acrescentou, numa referência ao donativo indirecto que o PSD recebeu

da construtora Somague em 2001 e que foi considerado ilegal pelo Tribunal Constitucional.

Instado a dizer de quem estava a falar, respondeu: “Não me vou referir em particular a ninguém porque eu prezo-os a todos, agora não houve uma motivação ética nesta iniciativa [a contestação à reforma dos regulamentos internos]”.

“Estou convencido de que a esmagadora maioria deles nem leu os regulamentos em apreço”, afirmou. “Todos estes companheiros fizeram campanha por Marques Mendes, eu penso que a esmagadora maioria deles, vamos falar verdade, não digeriu a derrota”, prosseguiu.

De acordo com Luís Filipe Menezes, os dez antigos secretários-gerais “abriram uma frente contra a direcção do partido” e não o contrário e a oposição interna à sua liderança resume-se a “doze militantes” e explica-se com o facto de o PSD estar a subir nas sondagens “e cheirar a poder”.

“Este é um PSD que enche salas, que tem iniciativa política no Parlamento, que começa a construir um discurso programático, isto apesar de nestes cinco meses ter havido 230 declarações de doze militantes em televisões, em jornais, muito acintosas contra o líder. São doze militantes”, declarou.

Referindo-se em particular a António Capucho, Menezes considerou-o “um bom presidente da Câmara Municipal de Cascais”.

Na entrevista, Menezes voltou a recusar a possibilidade de convocar eleições directas para a liderança do PSD antes das legislativas de 2009, mesmo que desafiado para isso, e

sustentou que outros estão impossibilitados de o fazer “estatutariamente”.

Só poderia haver directas antecipadas contra a sua vontade se “um congresso nacional fosse convocado e o congresso decidisse convocar eleições”, disse.

Questionado se deixará os críticos da sua liderança de fora das listas eleitorais em 2009, respondeu que “há um escrutínio por que eles vão passar, um escrutínio dos militantes das distritais, não é a direcção nacional do partido que vai escolher os seus deputados”.

“Se forem apoiados pelas bases do meu partido, se trabalharem, se mostrarem disponibilidade para colaborar até lá, com certeza que vamos contar com eles. Se não o fizerem, porventura teremos de os substituir. O partido precisa de renovação. Não precisamos de pessoas que passam a vida a filosofar em teoria sobre o País e não conhecem o País real”, defendeu.

O presidente do PSD, reiterou que o seu partido vai propor uma descida de impostos no Orçamento do Estado para 2009, em conjunto com uma proposta de diminuição da despesa pública.

“O que vamos propor, numa primeira fase, é a descida do IVA e a descida do IRS. Numa segunda fase, poderá também haver, compaginada com a descida do IRS, uma descida do IRC”, declarou Luís Filipe Menezes, na entrevista q que estamos a referir-nos.

Questionado pela jornalista Judite de Sousa se essa descida de impostos é “para entrar em vigor já no próximo Orçamento do Estado”, o presidente

do PSD respondeu: “No próximo Orçamento do Estado vamos fazer uma proposta mas é óbvio que o PS não a vai aceitar, com certeza”.

“Mas vamos fazer uma proposta [de descida de impostos] com a coerência de também apresentarmos uma proposta também de diminuição da despesa pública”, sublinhou.

Luís Filipe Menezes acentuou a importância da diminuição da despesa pública.

“Com esta política que não trabalhou a diminuição da despesa pública, se hoje fossemos diminuir instantaneamente a receita teríamos novamente o pântano daqui a um ano. Com esta política, não”, disse.

Luís Filipe Menezes defendeu que se procure “uma harmonização fiscal em todo o espaço ibérico”, considerando que o “espaço de competitividade da economia portuguesa é o ibérico”.

Por outro lado, na entrevista, Menezes voltou a afirmar que se for eleito terá “uma política económica completamente diferente, virada para promover o crescimento, o investimento e o emprego”.

Interrogado sobre o que isso significa na prática, respondeu que quer fazer privatizações e “acabar com as ‘golden shares’ do Estado e com este vício de o Estado estar presente nas grandes empresas estratégicas”.

“Vamos privatizar o sector do ambiente que hoje está a ser estatizado de uma forma absurda, a gestão aeroportuária, os transportes ferroviários de mercadorias, vamos levar a liberalização e a privatização até aos limites nos portos”, prometeu.



Balço de três anos de governo socialista Sete pecados sem absolvição, de Sócrates na chefia

Durante uma sessão de “balço dos três anos de governação socialista”, para a qual foram convidados membros da Direcção, do Grupo Parlamentar e dos grupos de trabalho e que decorreu num hotel de Lisboa, Luís Filipe Menezes defendeu que o actual modelo de avaliação dos professores, dá ao Governo o controlo desse processo e anunciou a alternativa proposta pelo PSD.

O presidente do PSD defendeu um modelo de avaliação dos professores cujo controlo “seja desestatizado e desgovernamentalizado através de agências externas seleccionadas por concurso público” e seja ao mesmo tempo controlado pelos professores.

“Vamos defender para esta questão em particular como para muitas outras que esse controlo seja desestatizado e desgovernamentalizado através de agências externas seleccionadas por concurso público”, declarou.

Menezes acrescentou que o modelo proposto pelo PSD tem “uma nuance”,

que é o processo ser feito “com o acompanhamento e com o controlo dos professores através dos seus legítimos representantes, que têm de ser inseridos de raiz no processo da sua própria avaliação”.

O presidente do PSD, apontou sete pecados sem absolvição ao Governo socialista e considerou que os socialistas já ganharam “o estatuto e a credibilidade de poder acreditar na vitória” em 2009.

Na sessão de balanço o presidente do PSD acabou por se esquecer de referir o sétimo pecado do Governo de José Sócrates, que acrescentou depois aos jornalistas: “A insensibilidade social”.

No seu discurso de cerca de uma hora, Luís Filipe Menezes apontou ao Executivo outros seis pecados “sem direito a absolvição”, por esta ordem: “um fragilíssimo e incipiente crescimento económico”, o desemprego, a “desconfiança” que causa em relação a “opções estratégicas” como a localização do novo aeroporto, uma “política de abandono de dois terços do território nacional”, o “reforço do centralismo do Estado” e a “desqualificação da democracia portuguesa”.

“Vivemos no país do medo, em que há um justo receio de divergir nem que seja de uma forma pontual e tranquila daquilo que é a verdade oficial”, defendeu o presidente do PSD, a propósito do estado da democracia portuguesa.

Menezes lembrou que o PSD parte em desvantagem para as legislativas de 2009, em resultado da “hemiplegia funcional” existente em Portugal “que prejudica todo o espaço não-socialista de uma forma crónica, injusta e persistente”.

Menezes usou uma metáfora condizente com a sua condição de médico: uma hemiplegia é a incapacidade de efectuar movimentos voluntários incidente nos membros de uma metade do corpo e numa metade do rosto do mesmo lado.

Apesar disso, manifestou-se confiante na vitória do PSD: “Não acredito que os portugueses queiram continuar com um primeiro-ministro que apresenta resultados apenas sofríveis. Não acredito que Portugal queira continuar com um primeiro-ministro que não correspondeu a um único dos compromissos eleitorais”.

Luís Filipe Menezes apontou uma sondagem que coloca o PSD cinco por cento abaixo do PS nas intenções de voto.

“Perante esta adversidade estruturada da sociedade portuguesa, perante o facto de o actual Governo que tem instrumentos de poder poderosíssimos, estarmos a escassos cinco pontos significa que estamos aí, já ganhamos o estatuto e a credibilidade de poder acreditar na vitória”, considerou.

Insistindo na “adversidade” que tem de enfrentar para conseguir ganhar as legislativas, Menezes sustentou que “em circunstâncias normais” o tempo de antena do PSD transmitido hoje, “repetido muitas vezes, mostrado à maioria dos portugueses, seria porventura o suficiente para que em 2009 houvesse uma mudança”.

O tempo de antena do PSD mostra José Sócrates a dizer que não aumentaria os impostos se fosse primeiro-ministro e a considerar, quando estava na oposição, que um desemprego de sete por cento era uma “marca de uma governação perdida”.

Ainda segundo o Presidente, os

socialistas-democratas vão exigir no Parlamento que o Governo esclareça quais são os critérios exactos para uma futura descida de impostos, num debate parlamentar que o PSD vai promover sobre política fiscal com o objectivo de obter respostas claras do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

“Queremos saber se há ou não descida de impostos e quais são os critérios”, declarou Menezes, acrescentando que o PSD exige conhecer ao detalhe todas as condições que o Governo considera determinantes para uma eventual redução da carga fiscal.

“Crescimento económico de quanto? Défice orçamental de quanto? Em conjugação com que outros parâmetros?”, apontou o presidente do PSD.

Na sessão de balanço Menezes apresentou ainda “a cartilha de carácter geral do PSD” que lidera: “Cada vez menos Estado, cada vez mais sociedade. Descentralização e desconcentração administrativa. Defesa com imaginação, com criatividade, numa lógica de contratualização de cidadania, do Estado social que construímos desde o 25 de Abril”.

Enquanto falava, Menezes tinha como cenário a nova imagem gráfica do partido, que quis destacar: “É o PSD de sempre, com as setas laranjas com um fundo azul de um mar de esperança. Talvez daqui a uns tempos tenhamos as setas laranja com um fundo verde e vermelho de Portugal mas é o PSD de sempre: as setas são laranja, a nossa cor é laranja!”. – **Fontes: P. L., Lusa, Gab. Imp. PSD; Fotos: Arquivo, Luís Saraiva, Lusa**

Jantar em Ílhavo comemora 10 anos de gestão autárquica

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, anunciou hoje que no próximo congresso partidário irá propor a abolição do pagamento das quotas, que passariam a donativos facultativos.

“No próximo congresso partidário irei propor a abolição do pagamento de quotas e a passagem da quota a um donativo facultativo. A ligação com o partido aos seus militantes não pode depender - nomeadamente quando já vivemos à custa de uma dádiva muito significativa do Orçamento de Estado - de uma lógica mercantilista de pagar cinco, seis ou sete euros por ano”, defendeu.

O próximo congresso ordinário do PSD deverá realizar-se em 2009.

Menezes, que discursava em Santa Maria da Feira, num encontro com presidentes de junta de freguesia do PSD, manifestou-se confiante de que “a generosidade dos militantes” pode garantir o funcionamento das secções e distritos do partido pelo país.

Menezes que, no final, não respondeu a perguntas dos jornalistas reserva o resto do dia ao distrito de



Aveiro, onde jantou à noite com militantes em Ílhavo.

Nesse jantar, o líder do PSD reconfirmou que na próxima semana irá interpellar o primeiro-ministro para que ele diga se vai ou não baixar os impostos, antevendo que Sócrates irá responder que depende da consolidação orçamental.

Pela sua parte, Luís Filipe Menezes garantiu que, ainda na actual sessão legislativa, o PSD vai apresentar uma proposta para baixar os impostos e reduzir a despesa na mesma proporção, porque “é possível e necessário diminuir a carga fiscal”.

O jantar, comemorativo dos 10 anos de gestão autárquica em Ílhavo, garantiu que, “quando formar governo”, irá procurar “a harmonia fiscal com Espanha, descendo primeiro o IVA, depois o IRS, e mais tarde o IRC quando for possível”.

Luís Filipe Menezes desvalorizou as críticas internas de que tem sido alvo, afirmando que são como “as borbulhas da adolescência porque o partido está a crescer” e que “hoje há boas pomadas e corticóides”.

Sobre a contestação à sua liderança, Menezes salientou que “é a primeira vez em trinta anos que as pessoas que dirigem o partido saem do país real e não da macrocefalia política e a primeira vez que presidentes de câmara lideram um partido, o que é outro sacrilégio”.

“Estamos a acabar com alguns tabus, o que dói a muita gente. Prometi um partido em que o poder será das bases e essas remam para o mesmo lado. Faltará é lugar para alguns que ao domingo preferem o monte para caçar do que estar com os militantes de base numa festa” comentou.

Menezes voltou hoje a criticar o espaço escolhido pelo PS para realizar

o comício de balanço dos três anos de Governo - o Pavilhão Académico do Porto - comparando-o a dois “T6 grandes”, concluindo que “no máximo terão estado 3600 pessoas e ainda tiveram de vir socialistas em peregrinação de Loures e Odivelas, cujas camionetas estavam paradas na área de serviço do Antuã, na A1”.

“Por este andar, os quatro anos de governo vão ser comemorados em Coimbra, no Portugal dos Pequeninos”, reiterou, concluindo que é um prenúncio da vitória do PSD nas legislativas de 2009, que “está no bom caminho”.

Socorrendo-se de estudos de opinião “que dão uma diferença para o PS entre três e seis por cento”, o líder do PSD interpreta que os dois partidos estão “taco a taco” na disputa do eleitorado, quando “a ano e meio de eleições, a diferença para o partido de governo é habitualmente entre os 19 e os 25 por cento”.

Na avaliação dos três anos de governação socialista, “quanto aos compromissos, resultados e métodos”, Luís Filipe Menezes falou do “caos na Saúde, da Educação em revolução, da Segurança em que se assistem a crimes violentos, de magistrados pegados na Justiça e de querelas públicas na PJ”, mas o principal enfoque foi para a fiscalidade, recordando que “José Sócrates prometeu não aumentar a carga fiscal e os impostos subiram, sem que os portugueses sintam resultados desses sacrifícios”.

Visita a Valpaços e à Feira do Folar

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, voltou hoje, em Valpaços, a atacar o “discurso gasto” do primeiro-ministro e reafirmou a “dinâmica

fortíssima” dos sociais-democratas, recusando-se a comentar as críticas internas no partido que lidera.

Luís Filipe Menezes aproveitou a visita à Feira do Folar de Valpaços para avaliar o comício que o PS organizou sábado, no Porto, criticando o “discurso de fim de ciclo” do primeiro-ministro, José Sócrates.

Durante o comício, o socialista Jorge Coelho acusou o PSD de ser um “partido desorganizado”.

Hoje, Menezes contra-atacou dizendo que, no seu discurso, Jorge Coelho “já não conseguiu mentir”.

“Ontem (sábado) não vi o doutor Jorge Coelho com uma mensagem minimamente perceptível em defesa do Governo”, salientou.

O presidente afirmou que o PSD é um “partido fortíssimo”.

“O PSD está com uma dinâmica fortíssima. Aliás é por isso que se fala do PSD, se nós estivéssemos tão frágeis não falavam de nós”, sustentou.

Segundo as suas próprias contas, o PSD tinha sexta-feira, em Viseu, 1.500 militantes a pagar o seu jantar e “não a ir em camionetas arrebanhados para um comício”.

“Ontem (sábado) tivemos centenas de simpatizantes em Vale de Cambra, em Santa Maria da Feira e em Ílhavo e aqui estamos com presidentes de câmara vencedores e ganhadores desta região”, acrescentou.

Para o presidente do PSD, se os adversários se incomodam com a “pretensa fraqueza” do seu partido é um “bom sinal”.

Luís Filipe Menezes salientou ainda que o líder do PSD está “fortíssimo e imparável”.

Apesar da insistência dos jornalistas em comentar as críticas internas no PSD, disse que: “Por mais

esforço que os senhores façam eu estou aqui para falar de Portugal, dos portugueses, dos seus problemas e não de questões menores que os portugueses não entendem”, salientou. Por isso, de regresso à política nacional, o líder social-democrata referiu que o comício do PS foi “manifestamente uma organização muito defensiva”.

“Quando o partido que é do poder, que tem o discurso da arrogância, de que comanda o país e não tem alternativa, se refugia num pequeno pavilhão no centro da cidade, com duas ou três mil pessoas é um sinal de fraqueza”.

Quanto ao discurso do primeiro-ministro, o líder do PSD diz que é um “discurso gasto, que mais uma vez se agarra, quase estritamente, ao único emblema que tem, que é o défice orçamental, mas que não quer falar daquilo que é a perda de poder de compra dos portugueses, que é o crescimento económico mais medíocre da União Europeia”.

Criticou ainda a “incapacidade” do Governo de lidar com os grupos profissionais e sócio-profissionais mais dinâmicos da sociedade portuguesa, como os professores, médicos, notários, com todos os grupos que têm sido hostilizados.

“O primeiro-ministro não fala do interior, da desertificação, do abandono, do fecho de serviços, e de uma matéria que está em cima da mesa e que vai dar polémica, que é o encerramento de tribunais. Duzentas comarcas vão desaparecer em Portugal. É um discurso em fim de ciclo”, frisou.

- Lusa





Secretário-Geral considera “absurda” a ideia de que o PSD tem novo símbolo

O secretário-geral do PSD considerou hoje “absurda” a ideia de que o partido tem um novo símbolo ou um novo logótipo e sublinhou que apenas mudou “a imagem cénica que o partido usa em várias aplicações”.

“O PSD não mudou nenhum símbolo, não mudou o seu logótipo. Isso é absurdo. Continua a ter o mesmo logótipo, o mesmo símbolo, a mesma sigla formal. Nada disso mudou”, declarou José Ribau Esteves à agência Lusa.

O secretário-geral do PSD adiantou que a nova imagem cénica estreada na quinta-feira - um fundo azul com uma seta laranja e o slogan “Mudar Portugal” - vai dar lugar a outra dentro de meses.

Essa outra imagem será “uma imagem agregada ao ciclo eleitoral”, acrescentou Ribau Esteves.

Na quinta-feira, o presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, fez uma alusão a essa futura mudança: “Talvez daqui a uns tempos tenhamos as setas laranja com um fundo verde e vermelho de Portugal, mas é o PSD de sempre”.

Ribau Esteves desvalorizou a opção pelo fundo azul: “O partido já usou cenários de imensas cores. Decidimos usar um ambiente cénico azul”.

“Mantém-se o símbolo do PSD registado no Tribunal Constitucional,



valores fundamentais da social-democracia: a liberdade, a igualdade e a solidariedade” e que “o PPD/PSD adota como sua a cor de laranja”.

O secretário-geral do PSD aproveitou para esclarecer que a reunião com a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP) a

Ribau Esteves concluiu que “não há por isso contradição nenhuma” entre essa reunião e o comunicado da ECFP.

Em comunicado, a ECFP informou quarta-feira não ter sido “formalmente ou informalmente consultada (nem tinha de ser), num passado recente, para apreciação de qualquer tipo de regulamento (em particular o regulamento financeiro) de partidos políticos”.

Ángelo Correia predisposto a “fazer todos os esforços” para pacificar as relações entre os militantes

O presidente da Mesa do Congresso do PSD, Ángelo Correia, admitiu hoje que a situação interna no partido “não é positiva” e manifestou-se predisposto a “fazer todos os esforços” para pacificar as relações entre os militantes.

“A situação não é positiva para o PSD, como está. Somos todos

militantes do mesmo partido, não somos obrigados a ser amigos mas somos obrigados a representar o partido, em uníssono”, disse, à Lusa, Ángelo Correia.

“Disponho-me a fazer todos os esforços e todos os contactos, nas próximas semanas, para tentar encontrar formas de comunicação e de entendimento entre as pessoas”, acrescentou Ángelo Correia, que falava em Viana do Castelo, à margem de uma conferência sobre empreendedorismo.

Para o antigo ministro da Administração Interna, o partido deve ser “uma casa aberta, plural, com unidade de propósitos na diversidade de opiniões” mas sempre numa lógica de “lealdade institucional e de respeito” para com os órgãos que foram eleitos.

Ángelo Correia defendeu ainda uma “atitude de diálogo muito forte, que permita às pessoas expressarem os seus pontos de vista no seio do partido”.

“Eu acredito que isto é possível. Até Portugal foi possível!”, referiu.

Líder nacional da JSD, afirma que PSD deveria resolver as suas diferenças de opinião nos órgãos próprios do partido e não na comunicação social

O líder nacional da JSD, Pedro Rodrigues, afirmou hoje que o PSD deveria estar a resolver as suas diferenças de opinião nos órgãos



as três setas que aparecem nos boletins de voto a preto e branco”, frisou.

“Aqueles três setas mais modernas e coloridas, em laranja, vermelho e preto, vão continuar a aparecer nas cartas, no papel timbrado, nos envelopes do partido”, prosseguiu.

“Também o logótipo continua a ser o mesmo que utilizamos desde 2001, uma seta estilizada. E não mudou de cor, continua cor de laranja”, concluiu.

Os estatutos do PSD determinam, no artigo 4º, que “o símbolo do Partido é formado por três setas, de cor preta, vermelha e branca, que representam os

que se referiu na terça-feira aconteceu com o objectivo de “melhorar a gestão financeira do dia-a-dia” do partido e não a propósito dos novos regulamentos internos.

“O PSD está a trabalhar para gerir melhor as suas finanças, para apresentar melhor as suas contas e foi nesse sentido que já tivemos uma reunião com a ECFP em Dezembro”, disse, reiterando que a direcção do partido quer evitar que se repitam as multas por irregularidades que são atribuídas todos os anos ao PSD e a outros partidos.



próprios do partido e não na comunicação social.

“Quando temos problemas, é como nas famílias, resolvemos o assunto em casa e não vimos para a rua. Os secretários gerais deveriam ter resolvido isto internamente, falar nos órgãos próprios e não fazer as declarações que fizeram”, afirmou Pedro Rodrigues, em declarações ao Porto Canal inseridas numa entrevista a transmitir domingo mas hoje parcialmente reproduzida pela estação.

O presidente da “Jota” considerou que “é preciso serenidade, o que os portugueses esperam é que o PSD fale para apresentar alternativas ao PS e não por causa de assuntos internos ou de quotas”.

“Lembro que já paguei cotas em dinheiro e essa era uma prática até há pouco tempo, acabou apenas com Marques Mendes. (...) O líder do partido é Luís Filipe Menezes, foi ele quem venceu as eleições”, acrescentou.

PSD quer saber de eventuais “diferenças de tratamento” policial antes de comícias...

O PSD perguntou na quinta-feira ao ministro da Administração Interna, Rui Pereira, se vai enviar agentes da PSP às sedes distritais e concelhias do PS por causa do comício socialista agendado para sábado, no Porto.

Num requerimento entregue no Parlamento, os deputados do PSD Vasco Cunha, Mário Albuquerque e Miguel Relvas referem-se ao comício do PS como “uma manifestação pública de apoio ao Governo” ou “uma contra-manifestação aos 100 mil professores” que se juntaram no sábado passado em Lisboa.

“Pretende o senhor ministro da Administração Interna enviar agentes da PSP às sedes das federações distritais e das concelhias do PS ‘para garantir a boa coordenação do trânsito e que todos os direitos sejam exercidos tranquilamente?’” - perguntam.

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Santarém salientam que o comício socialista de sábado envolve “uma mobilização nacional de pessoas”.

“Particularmente no Distrito de Santarém, já está o senhor governador

civil mobilizado para tal cioso propósito, com a mesma eficiência com que concretizou os objectivos da semana passada?”, acrescentam.

Vasco Cunha, Mário Albuquerque e Miguel Relvas lembram o caso da visita de agentes da PSP a duas escolas do Concelho de Ourém, no Distrito de Santarém, antes da manifestação de professores.

Em relação a esse caso, os três sociais-democratas consideram que, “como é costume, os diferentes intervenientes da cadeia de comando foram prestando declarações contraditórias para que nada se esclareça”.

“Parece que não há responsáveis políticos que assumam as instruções dadas às forças de segurança. Sucessivamente...”, observam, exigindo saber “quem é afinal o responsável” e que sejam assumidas as consequências.

“O silêncio do ministro da Administração Interna, do chefe do executivo e do Governo indica, àqueles que estão do lado do condicionamento, do temor e da coacção, da reverência para com o poder e os poderes, que esse é o caminho que o Governo aprecia”, afirmam.

De acordo com os deputados do PSD, “os casos recentes provam” que o Governo orienta “as prioridades operacionais das forças de segurança contra as manifestações que contestam as suas políticas”, o que “não é tolerável”.

Grupo de missão para mobilizar mulheres militantes e simpatizantes do PSD para participarem activamente na política

O PSD criou um grupo de missão para mobilizar mulheres militantes e simpatizantes para participarem activamente na política e representarem o partido, não estando neste momento prevista a criação de nenhuma nova estrutura interna.

O objectivo do grupo de missão é potenciar “o aparecimento das mulheres na vida interna do partido e o seu empenhamento activo, ao nível da representação partidária”, lê-se num documento aprovado na semana

passada pelo Conselho Nacional do PSD.

Em declarações à agência Lusa, a dirigente do PSD Paula Carloto, que foi nomeada coordenadora nacional do grupo de missão, disse que “nesta fase não há a criação formal de nenhuma estrutura” interna de mulheres.

“Se me perguntar o que é que isto vai ser, não sei”, acrescentou Paula Carloto.

Por enquanto, cumpre-lhe correr o país em reuniões com mulheres de todos os distritos para “aumentar o número, o gosto e a motivação da sua participação” e “no prazo de dois meses pôr o grupo na rua com uma estruturação mínima”.

Questionada sobre o que aconteceu à criação de um movimento de mulheres sociais-democratas, anunciada em Janeiro pelo presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, Paula Carloto respondeu que essa ideia se manteve, embora com outro nome.

Em Abril, Luís Filipe Menezes adiantou que o movimento de mulheres do partido teria os seus órgãos eleitos num congresso a realizar no dia 25 de Abril.

De acordo com Paula Carloto, “do ponto de vista político, o grupo de missão é isso, um movimento”, mas “quando se foi escolher o nome chegou-se à ideia de um grupo de missão”.

A dirigente do PSD salientou que o grupo que coordena e que integra mulheres das distritais do partido “não é um movimento estandardizado das mulheres e para as mulheres, é abrangente e para discutir as questões da política do século XXI: a economia, a justiça, o empreendedorismo”.

“Não é nada que possa significar memorização”, frisou.

Segundo o documento aprovado pelo Conselho Nacional do PSD, o objectivo do grupo de missão “não se confunde, nem na forma nem na substância, com o facto de ter sido recentemente aprovada a Lei da Paridade” que obriga à presença de um terço de mulheres nas listas eleitorais.

“A Lei da Paridade é tudo com que eu não concordo, sou contra as discriminações positivas”, declarou Paula Carloto à agência Lusa, referindo porém que “a lei obriga um

bocadinho a acelerar o processo” de participação das mulheres.

A dirigente social-democrata reiterou que “a ideia do PSD é não fechar o movimento à participação de mulheres filiações, é abri-lo a todas as que se disponham a participar.

“É devida ao doutor Luís Filipe Menezes esta grande motivação para pôr as mulheres a participar activamente na vida política. O PSD há muito tempo que devia ter esta implementação”, elogiou Paula Carloto.

São legais os pareceres sobre a alta Velocidade, relativos ao traçado entre Pombal e Alenquer?

Três dos deputados sociais-democratas eleitos por Leiria vão entregar uma queixa na Procuradoria-Geral da República (PGR), contestando a legalidade dos pareceres sobre o traçado entre Pombal e Alenquer.

Na carta, a que a Agência Lusa teve acesso, os deputados Feliciano Duarte, Carlos Poço e Ofélia Moleiro pedem ao procurador-geral da República, Pinto Monteiro, que “averigue a legalidade da emissão de Declaração de Impacte Ambiental” daquele troço “na perspectiva da defesa do ambiente e da vida e segurança de pessoas”.

Além disso, os deputados reclamam uma investigação ao “eventual desaparecimento ou subtração de diversas actas oficiais, respeitantes a reuniões ocorridas no âmbito da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro)”, bem como sobre o parecer final, subscrito por um engenheiro electrotécnico e não por um especialista nesta área.

Na exposição, os deputados apontam vários problemas ambientais causados pelo traçado e reclamam à PGR para que se “pronuncie sobre se a construção da linha de alta velocidade em terrenos geologicamente instáveis pode ou não poderá acarretar perigo para a segurança de pessoas e bens”, com eventuais abatimentos ou descarrilamentos.

Será igualmente entregue uma queixa ao Provedor de Justiça sobre esta matéria, em que os deputados apelam também a Nascimento Rodrigues para que recomende ao Governo a “revogação da Declaração de Impacte Ambiental emitida em 21 de Dezembro de 2007” daquele troço e a “realização dos estudos necessários que permitam comparar, efectiva e fundamentadamente, as alternativas de localização do traçado para o TGV entre Alenquer e Pombal”.

Para os deputados, esses estudos “devem incluir a possibilidade de o referido traçado a oeste da Serra dos Candeeiros merecer as alterações devidas, de modo a ser identificada a ligação que apresente menores impactes negativos do ponto de vista social, ambiental, técnico e económico”.





Finalmente, os deputados querem que o Governo garanta a paragem do TGV no concelho de Leiria, uma questão que também é objecto de um requerimento entregue no Parlamento.

Neste documento, os três deputados querem receber os “estudos completos de impacte ambiental” e “todas as actas de reuniões ocorridas e pareceres elaborados no âmbito da CCDRC”.

Uma omissão sobre as campanhas internas dos partidos, na lei do financiamento partidário

O PSD considerou hoje que a lei do financiamento dos partidos e campanhas eleitorais tem “uma omissão sobre as campanhas internas dos partidos”, que apontou como um dos motivos para a sua revisão.

Em conferência de imprensa, no Parlamento, o PSD propôs a constituição de uma comissão eventual para, no prazo de 90 dias, rever a lei do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais, entre outras.

Quando foi aprovada a lei do financiamento que está em vigor desde 2003 “houve boas intenções, bons resultados, mas muitas questões mal resolvidas”, sustentou o deputado do PSD Luís Montenegro.

Instado a apontar problemas concretos que justifiquem a revisão da lei do financiamento, Luís Montenegro referiu-se à necessidade de fiscalizar as campanhas internas dos partidos.

“Há uma omissão sobre campanhas eleitorais internas dos partidos políticos. Faz todo o sentido aproveitar esta revisão para promover o aprofundamento da lei nesta matéria”, defendeu.

A necessidade de fiscalizar as campanhas internas dos partidos foi uma questão levantada pelo socialista António José Seguro, num artigo de opinião publicado no semanário Expresso. O PS admitiu depois a possibilidade de legislar nesse sentido.

Como outra situação que motiva a alteração da lei do financiamento em vigor, Luís Montenegro apontou o facto de as candidaturas às eleições autárquicas terem de fazer face às despesas de campanha sem a subvenção pública, que só é atribuída em momento posterior, em função dos resultados eleitorais.

“Há opções do legislador que estão a revelar-se na prática muito difíceis de serem cumpridas. Os partidos têm dificuldade em aplicar grandes desideratos da lei, que não se coaduna com as campanhas, com o seu modelo de organização”, declarou.

A comissão eventual proposta pelo PSD pretende rever também o estatuto

dos deputados, o regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, o controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos.

Luís Montenegro afirmou que na actual legislatura o estatuto dos deputados e o regime das incompatibilidades foram alvo de “uma ou duas alterações cirúrgicas” promovidas pelo PS.

O que PSD pretende agora é “uma revisão global, coerente de todo o quadro legal dos partidos políticos e dos titulares de cargos políticos”, sublinhou o vice-presidente da bancada do PSD.

A proposta de constituição de uma comissão apresentada foi anunciada no final de Fevereiro pelo deputado social-democrata Rui Gomes da Silva, durante um debate em plenário sobre incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos.

PSD defende revisão global do quadro legal dos partidos e agentes políticos com novas regras para o ciclo eleitoral de 2009

O PSD defendeu hoje uma revisão global do quadro legal dos partidos e dos agentes políticos que introduza novas regras para o ciclo eleitoral de 2009, incluindo limites maiores para o financiamento privado das campanhas.

Em conferência de imprensa, no Parlamento, o PSD propôs que isso seja feito através de uma “comissão eventual para a análise e revisão do regime jurídico aplicável aos titulares de cargos políticos e ao financiamento dos partidos”.

Essa comissão deverá rever em 90 dias o estatuto dos deputados, o regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, o controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos e a lei do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais.

“Queremos que o ciclo eleitoral de 2009 possa acontecer com as novas regras”, disse aos jornalistas o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Luís Montenegro.

Embora afirmando que “o PSD quer partir sem certezas absolutas” para essa revisão legislativa e espera contribuições dos outros partidos, Luís Montenegro adiantou alguns princípios.

O deputado do PSD declarou que o actual financiamento privado dos partidos e das campanhas “tem-se revelado insuficiente, com limites muito baixos, não gera as receitas necessárias ao trabalho político”.

O PSD quer aumentar essa “componente privada”, embora mantendo “um limite, seguramente que sim”, acrescentou.

“Defendemos que haja uma componente pública e uma privada, com mecanismos relacionados com a prática, com a realidade de uma campanha eleitoral que muitas vezes

começa seis meses antes das eleições”, resumiu.

Ex-Ministro de Cavaco acusa “vedetas” criadas pela Comunicação de serem os “melhores agentes do PS dentro do partido”

O ex-ministro dos governos de Cavaco Silva António Couto dos Santos culpou hoje as “vedetas” criadas pela comunicação social pela situação de instabilidade interna no PSD, frisando que são os “melhores agentes do PS dentro do partido”.

“Num momento em que o partido devia estar unido em torno de um objectivo comum, a vitória em 2009, algumas vedetas criadas por meios mediáticos e não pelo sufrágio dos militantes, aparecem a falar através da comunicação social”, afirmou Couto dos Santos, em declarações à Lusa.

Para o antigo ministro e dirigente social-democrata, esta situação “revela falta de sentido democrático e uma ambição desmedida que não quer ser submetida a sufrágio”.

Sem nunca revelar nomes, Couto dos Santos admitiu que “algumas dessas pessoas até foram pressionadas, mas não quiseram avançar”, numa aparente alusão a Rui Rio, várias vezes apontado como candidato à liderança do PSD no último congresso do partido, mas que acabou por não apresentar uma candidatura.

“Agora, em vez de colaborarem com o partido, tentam aparecer na comunicação social para dizer que estão vivos”, acrescentou.

Na perspectiva do actual vice-presidente-executivo da Associação Empresarial de Portugal (AEP), “é fundamental ter bom senso e reservar para os órgãos próprios do partido as tomadas de posição”.

“Se as suas posições não vencerem, têm duas hipóteses: sair do partido e tomar uma posição cá fora ou abandonar a vida política”, defendeu.

Apesar de estar “algo preocupado” com a actual situação interna no PSD, Couto dos Santos acredita que o problema será ultrapassado, até porque “o partido já viveu situações piores e ganhou eleições”, numa alusão à divisão interna enfrentada por Sá Carneiro, que acabou por chegar depois ao governo com maioria absoluta no governo.

“Deixo um apelo aos militantes, especialmente aos notáveis, a maior parte dos quais nunca foi a votos a nível nacional, para que, se tiverem ideias, as exponham nos órgãos do partido”, afirmou.

Couto dos Santos considerou “absurdo criticar as posições do partido sem dizer o que pensam sobre a matéria”.

“Não há melhores agentes do PS dentro do PSD”, frisou.

Nas declarações que prestou à Lusa, o ex-ministro de Cavaco Silva desvalorizou a questão das quotas levantada por Rui Rio, considerando que se trata de “uma questão de

intendência”.

“Discutir intendenções na praça pública é uma irresponsabilidade total. O PSD deve preocupar-se com meio milhão de desempregados e com o PIB que não cresce o que devia crescer”, defendeu.

Relativamente às críticas à actual liderança do PSD, que é acusada de ainda não ter apresentado ideias novas para o país, Couto dos Santos recordou que a equipa liderada por Luís Filipe Menezes só tomou posse há menos de meio ano.

“A actual liderança tem cinco ou seis meses. Como se pode pedir que já tenha propostas concretas para o país se o PS, que governa há três anos, ainda não as conseguiu apresentar?”, questionou.

PSD renova apelo a que o Governo acabe o “braço-de-ferro” com os professores

O PSD renovou hoje o apelo para que o Governo acabe com o “braço-de-ferro” com os professores e caminhe no sentido do apaziguamento e da negociação, sublinhando o “papel insubstituível” dos docentes na política educativa.

“Renovamos ao senhor primeiro-ministro o apelo que o presidente do PSD lhe dirigiu em 27 de Fevereiro. É preciso que o braço-de-ferro imposto pelo Governo à classe docente dê lugar ao apaziguamento e à negociação”, afirmou o deputado do PSD Arménio Santos, numa declaração política no plenário da Assembleia da República.

Sublinhando “o papel insubstituível” dos professores na política educativa e a necessidade de valorizar a sua “dignidade profissional”, Arménio Santos acusou o executivo de maioria socialista de tratar os docentes com desconsideração e de tentar “enfraquecer e isolar os seus sindicatos”.

“Isto, para o PSD, é simplesmente deplorável” salientou.

Por outro lado, acrescentou, a resposta dada pelos professores na “impressionante” manifestação realizada no sábado, que juntou em Lisboa cerca de 100 mil docentes de todo o país, “deveria merecer do



Governo respeito, penitência e bom senso”.

Arménio Santos deixou também novo apelo à suspensão do processo de avaliação de desempenho dos professores, defendendo “o restabelecer do diálogo e da confiança entre os vários protagonistas na área da Educação”.

Caso contrário, continuou, “esta crise poderá acabar por penalizar a escola e os alunos”.

Mota Amaral pede “calma” e, a quem discorda, que “recorra aos órgãos internos”

O deputado social-democrata João Bosco Mota Amaral referiu-se hoje a “operações de desgaste interno da liderança” do PSD, das quais se demarcou, pediu “calma” a todos e a quem discorda que recorra aos órgãos internos.

Através de uma declaração divulgada pelo gabinete de imprensa do PSD, Mota Amaral considerou que “Luís Filipe Menezes tem legitimidade para promover mudanças dentro do PSD” porque “foi escolhido pelos

militantes numa eleição muito disputada e de inquestionável democraticidade”.

“Quando se candidatou disse ao que vinha e concretizou as suas propostas na moção depois aprovada em Congresso”, acrescentou o deputado do PSD e ex-presidente da Assembleia da República.

Depois de sublinhar que apoiou a candidatura de Marques Mendes à liderança do PSD, que perdeu no confronto com Menezes, Mota Amaral declarou: “Não alinhio em operações de desgaste interno da liderança, que só beneficiam o PS e o Governo do primeiro-ministro, José Sócrates”.

“Quem não concorda com os regulamentos agora aprovados - aliás muito semelhantes aos que vigoraram nos anos de ouro do PSD - pode suscitar as questões de legalidade, que porventura julguem existir, perante os órgãos jurisdicionais competentes”, defendeu.

Embora tenha apoiado Marques Mendes, no Congresso que se seguiu às eleições directas, Mota Amaral aceitou encabeçar a lista de Luís Filipe Menezes ao Conselho Nacional do PSD.

Na declaração hoje divulgada à comunicação social, o ex-presidente do Governo Regional dos Açores apelou “a todos os militantes do PSD para que procedam com calma e serenidade”.

“Cerrems fileiras que a situação do País é difícil e o nosso grande objectivo é servir Portugal”, pediu.

PSD saúda “recuo do Governo” na avaliação dos professores e apela à “sensatez” e “flexibilidade”

O PSD saudou o “processo de recuo” que o Governo está a ensaiar

em relação à avaliação dos professores, apelando à “sensatez” e “flexibilidade” do executivo para permitir que até 2009 o sistema seja “essencialmente experimental”.

“Para o PSD parece evidente que o Governo está a ensaiar um processo de recuo. É francamente positivo, mesmo que o Governo não queira admitir esse recuo”, disse o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD Pedro Duarte, em declarações à Lusa.

O Ministério da Educação (ME) anunciou hoje estar disponível para adoptar “soluções flexíveis” na aplicação do processo de avaliação de desempenho dos professores e admitiu introduzir “correções” ao modelo, mas apenas no final do próximo ano lectivo.

“Admitimos encontrar soluções flexíveis, de forma a respeitar as diferentes capacidades das escolas na implementação deste modelo, respeitando os interesses dos professores e os objectivos do Ministério da Educação”, afirmou o secretário de Estado Adjunto e da Educação, em conferência de imprensa, ressalvando que não está em cima da mesa a possibilidade de “suspender” o processo, nem de o aplicar de forma experimental.

Instado pelos jornalistas a exemplificar as soluções que poderão ser adoptadas, Jorge Pedreira escusou-se a adiantar pormenores, afirmando apenas que não existem ainda “soluções finais”.

A propósito das declarações do secretário de Estado, Pedro Duarte deixou ainda um apelo “à sensatez e flexibilidade” do Governo para que as novas soluções agora faladas “não prejudiquem soluções futuras”.

“Mantemos que, até 2009, o processo de avaliação deve ter um carácter essencialmente experimental”, referiu Pedro Duarte.

Isto para permitir que, acrescentou





o deputado social-democrata, na próxima legislatura possa ser implementado “um novo modelo de avaliação desgovernamentalizado” e que passe, por exemplo, por agências externas ao executivo e que conte com a participação dos professores.

A intenção do ministério é que até ao final do presente ano lectivo sejam avaliados cerca de sete mil professores, docentes contratados e dos quadros mas em condições de progredir na carreira, e até ao final do ano civil de 2009 os restantes, a grande maioria.

Ribau Esteves preocupado com declarações que podem afectar a imagem e a credibilidade do PSD, em ciclo eleitoral

O secretário-geral do PSD, José Ribau Esteves, classificou hoje os críticos dos novos regulamentos internos, de ameaçarem a imagem pública e a credibilidade do partido em ciclo eleitoral com as suas declarações públicas.

“A única coisa que conseguem é afectar a imagem pública do PSD, promover a destruição política e afectar a credibilidade do partido como instituição”, declarou Ribau Esteves aos jornalistas, na sede do partido.

O secretário-geral do PSD salientou que o mandato da actual liderança do partido acontece “em ciclo eleitoral, com uma delicadeza política diferente, mais acentuada”.

Subscrevendo as posições de outros dirigentes sociais-democratas, Ribau Esteves defendeu que “os actos destes dias são de contestação à liderança do PSD, de contestação política ao dr. Luís Filipe Menezes e ao PSD”.

A reforma dos regulamentos internos foi “apenas o último dos pretextos desta contestação ao presidente do partido”, disse.

“Muitas destas pessoas [que

criticaram os novos regulamentos] são as mesmas que vaticinaram a derrota do dr. Menezes, que lutaram pela sua derrota em 28 de Setembro”, referiu.

Ribau Esteves salientou que “os regulamentos estão aprovados por lagar maioria, 70 por cento, os princípios tinham sido aprovados na moção de estratégia do dr. Luís Filipe Menezes”.

Face à promessa de demissão de António Capucho da concelhia do PSD de Cascais no caso da entrada em vigor dos novos regulamentos, Ribau Esteves reiterou que “a Comissão Permanente “agradece ao dr. António Capucho os serviços prestados, nomeadamente nessa condição”.

“A nota que temos da sai demissão, é unicamente a nota que o sr. dr. António Capucho tornou pública”, afirmou.

Na mesma ocasião, o secretário-geral anunciou que o pagamento de quotas em dinheiro exigirá a assinatura individual pelos militantes de um documento que servirá de comprovativo da origem e destino do valor.

Em declarações aos jornalistas, na sede do PSD, Ribau Esteves disse que a direcção do partido está “a trabalhar com a Entidade das Contas e Financiamento dos Partidos”, que funciona junto do Tribunal Constitucional, para ajustar os procedimentos a implementar.

“O meio de pagamento em numerário é apenas complementar e de recurso e vai ser devidamente regulamentado por despacho meu, com toda a clareza, e tem a garantia da individualidade, o seu exercício é pessoal e intransmissível”, declarou.

O secretário-geral do PSD descreveu a seguir a forma como o pagamento em dinheiro terá de ser feito a partir de 1 de Maio, data da entrada em vigor dos novos regulamentos do

partido aprovados no sábado.

“Quando eu pago com dinheiro a minha quota do ano (12 euros), esse valor é acompanhado de um talão onde eu digo que paguei a minha quota referente ao ano de 2008 no valor de 12 euros e assino esse documento”, ilustrou.

“Esse documento prova, quando os serviços centrais fazem o registo desse valor no sistema informático, que aquele dinheiro que entrou daquela forma é meu e portanto está identificada a origem e o destino daquele dinheiro”, acrescentou Ribau Esteves.

O secretário-geral do PSD sublinhou que “existe uma só conta para depositar em registo bancário o pagamento das quotas, todas são depositadas numa só conta de acordo com a lei”.

Questionado sobre como será cumprido o limite anual de 50 salários mínimos nacionais que os partidos podem receber em dinheiro, Ribau Esteves referiu que a direcção do PSD tem uma interpretação própria da lei do financiamento dos partidos, que não quis revelar.

Ribau Esteves adiantou que a direcção vai “incentivar os militantes a pagar por multibanco, por cheque” e, sobretudo, “por débito bancário directo”.

O débito directo, que substituirá as actuais transferências bancárias, foi que apontado como meio preferencial por não ter custos, permitir a exacta identificação da origem, o pagamento e o registo imediatos.

Ribau Esteves, sublinhou ainda que Rui Rio não vai ser alvo de nenhum processo disciplinar e que a única sanção a que poderá ser sujeito é uma sanção ética, auto-íposta.

“Quero deixar bem claro o seguinte, por causa das interpretações erradas: ninguém quer abrir processos

disciplinares a ninguém”, declarou num encontro com jornalistas, na sede do PSD.

Caso o presidente da Câmara Municipal do Porto recuse ser ouvido pelo Conselho de Jurisdição Nacional do PSD como pretende a direcção, “a única sanção que terá é uma sanção ética”, acrescentou.

“Não estou a ver que argumento pode utilizar para dizer que não”, referiu o secretário-geral do PSD.

Ribau Esteves acusou Rui Rio de passar “os limites da opinião saudável” com as críticas que fez aos novos regulamentos internos do PSD, que foram aprovados no sábado pelo Conselho Nacional do partido, no que se refere às suas referências de lavagem de dinheiro que estes métodos [o pagamento em numerário] propiciam, o dr. Rui Rio não está a falar verdade.

“A sua afirmação é um lançamento inadmissível, inaceitável de suspeição sobre os militantes do partido, sobre os dirigentes, tesoureiros de comissões políticas de secção e distritais, eu próprio como secretário-geral, sobre deputados”, condenou.

“Não estamos disponíveis para receber suspeições na praça pública seja lá de quem for. Até porque o dr. Rui pode ter-se por muito boa conta mas na nossa óptica, no índice individual de seriedade, não bate nenhum de nós”, prosseguiu o secretário-geral do PSD.

Segundo Ribau Esteves, Rio denotou “desconhecimento ou má fé” e é difícil de aceitar “a teoria do desconhecimento” quanto a “alguém bem informado que conhece os cantos à casa”.

“No seu tempo como secretário-geral do partido tinha mecanismos de gestão sobre a questão das quotas muito similares aos que estamos agora a adoptar, com algumas diferenças relevantes, nomeadamente uma: no seu tempo era possível um militante chegar aqui com mil euros em notas e pagar as quotas de “X” militantes. Isso agora é impossível”, disse.

O regime de pagamento de quotas do tempo de Rui Rio “vigora até Novembro de 2005, altura em que acabou o pagamento de quotas em numerário”, observou.

Ribau Esteves justificou o pedido de audição de Rui Rio considerando que “pode ser que ele tenha histórias interessantes para contar” e defendendo que os novos regulamentos devem ser discutidos internamente.

“O partido não quer tratar desta matéria na praça pública” e preferia que o autarca do Porto se tivesse expressado sobre os novos regulamentos através de “um telefonema, uma carta, um e-mail” aos órgãos do partido, afirmou o secretário-geral do PSD.

Questionado se a audição de militantes pelo Conselho de Jurisdição já aconteceu antes, Ribau Esteves respondeu: “Não tenho memória, nem tenho certeza, mas para o caso não é relevante”. – **Fontes: Povo Livre, Lusa, DN**



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS RODRIGUES

APRECIACÃO PARLAMENTAR Decreto-Lei n.º 20/2008, 31 de Janeiro

AR, 12 de Março de 2008

Sr. Presidente
Sr. Ministro
Sr.as e Sr.s Deputados

O novo regime da tributação automóvel, aliado à alteração do registo automóvel, veio criar situações de uma injustiça profunda, que reclamam ser urgentemente corrigidas.

Todos sabemos que o registo automóvel não se encontra devidamente actualizado, dele constando proprietários que há muito não o são.

O Governo constatou e bem esta realidade e, por isso, entendeu criar um regime transitório de forma a permitir a regularização de situações anteriores em que houve compra e venda de automóvel sem o correspondente registo.

Todavia, e incompreensivelmente, o Governo limita essa possibilidade aos casos de propriedade de veículos adquirida antes de 31 de Outubro de 2005.

O estabelecimento injustificado e arbitrário desta data limite cria uma situação de ilegítima desigualdade, pondo em causa o respeito pelo princípio basilar da igualdade dos cidadãos perante a lei.

Por isso, o regime transitório deveria ser aplicado aos veículos adquiridos até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 20/2008, ou seja até 31 de Janeiro deste ano.

É um verdadeiro despautério a justificação pública dada pelo Secretário de Estado da Justiça sobre o estabelecimento da data limite, ao afirmar que se tinha de encontrar uma data e que esta foi definida para evitar eventuais fraudes.

Infere-se, assim, que se um cidadão vendeu o seu automóvel antes de 31 de Outubro de 2005, o Governo considera que o fez de uma forma transparente; se o vendeu um dia depois dessa data, e o comprador não o registou, o Governo levanta suspeições sobre esse processo. É perfeitamente absurdo!

Ainda no regime transitório o PSD propõe que o registo realizado pelo vendedor seja gratuito pois, ele não é responsável pelo incumprimento do comprador, nem pela incapacidade do Estado. Neste caso o vendedor está a



prestar um serviço que cabia ao Estado.
Sr. Presidente

Este novo regime persiste no erro de não dar legitimidade para registar a venda do um veículo aos cidadãos e às empresas que não têm como actividade o comércio automóvel.

O PSD entende que esta é a altura para resolver de vez um dos maiores problemas do registo automóvel, criando um novo mecanismo alternativo.



Considero fundamental aprovar esta medida, pois está em causa a prevenção de problemas futuros.

Sr. Presidente

Quero saudar o Automóvel Clube de Portugal pela Petição entregue a V. Ex.ª no passado dia 25 de Fevereiro, pois esta apresenta legitimamente as mesmas preocupações que a Apreciação Parlamentar n.º 66/X/3 do PSD, de 21 de Fevereiro, pretende resolver.

Até ao momento, apesar de alertado, o Governo não teve a coragem de assumir publicamente que o DL n.º 20/2008, apresenta grandes lacunas e não resolve a tralhada instalada no registo automóvel.

Estranhamente, ou talvez não, após a iniciativa Parlamentar do PSD, e no mesmo dia em que o ACP apresentou a sua petição, o Ministério das Finanças emitiu um comunicado de imprensa com o único objectivo de tentar ganhar tempo e acalmar a revolta dos cidadãos que estavam na eminência de serem obrigados a pagar

impostos sobre veículos que já não eram seus.

Com a aproximação do dia de hoje, em que se iriam discutir estas apreciações parlamentares, o Governo emitiu mais um comunicado, a 6 de Março, desta vez do Conselho de Ministros, em que afirma que aprovou um novo decreto-lei relativo ao abate de veículos.

Por incapacidade do próprio Estado, do que se conhece deste diploma, podem abater-se veículos que existem e circulam, levando também ao não pagamento do IUC devido.

A tralhada legislativa do Governo transmite desorientação e confusão aos serviços de finanças e aos serviços da antiga DGV, não lhes permitindo responder e resolver muito dos problemas colocados neste âmbito pelos cidadãos.

Sr. Presidente

Além do ACP aqui referido, quero também agradecer a colaboração da ACAP na análise da nossa proposta.

Com o alargamento do regime transitório até à data da entrada em vigor do DL n.º 20/2008, de 31 de Janeiro, e com o alargamento da legitimidade do registo ao vendedor, independentemente da sua actividade económica ou profissional, o PSD pretende, com esta apreciação parlamentar, criar uma lei justa para os cidadãos e para as empresas.



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ARMÉNIO SANTOS

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Portugal vive triste e resignado, sem rumo, sem confiança e sem causas nacionais que mobilizem as energias dos portugueses.

Com tudo a seu favor – com condições políticas internas únicas e enquadramento externo muito favorável – ninguém sabe que Portugal quer este governo de maioria absoluta.

Em vez de fazer reformas com competência e bom senso, confunde-as com afrontamento e arrogância. Em vez de apresentar políticas que puxem pela auto-estima, confiança e união dos portugueses, atira uns contra os outros. Em vez de fazer respeitar os valores fundamentais das liberdades, instiga práticas intimidatórias e de controle, geradoras de medo.

Esta conduta do governo está bem patente na desconsideração como tem tratado os professores desde o início do seu mandato e no violento ataque que faz aos seus sindicatos, tentando enfraquecê-los e isolá-los, o que para o PSD foi e é simplesmente deplorável.

A resposta dada por estes profissionais no passado dia 8, numa impressionante manifestação de unidade da classe docente, unindo professores de todos os quadrantes políticos e sindicais, devia merecer do governo respeito, penitência e bom senso.

Não sabemos se o governo tem essa humildade. Mas reafirmamos aqui aos professores que lhe reconhecemos um papel insubstituível na política educativa do País e que valorizamos a sua dignidade profissional - tão humilhada pelo actual governo.

E renovamos ao Senhor Primeiro Ministro o apelo que o Presidente do PSD lhe dirigiu em 27 de Fevereiro. É preciso que o braço de ferro imposto pelo governo à classe docente dê lugar ao apaziguamento e à negociação.

É preciso suspender a execução geral deste regime de avaliação de desempenho dos professores e restabelecer o diálogo e a confiança entre os vários protagonistas na área da Educação, sob pena desta crise acabar por penalizar a Escola e os alunos, o que seria absolutamente inaceitável.



Senhor Presidente

“Dividir para reinar”, foi e é um dos lemas deste governo.

Os resultados desta prática governativa estão á vista – o País não arranca do marasmo.

Portugal debate-se com problemas económico-sociais muito sérios. As Pequenas e Médias Empresas são ignoradas pelo governo e as famílias têm de suportar todos os dias novos e duros sacrifícios.

O crescimento económico nacional é medíocre, é o mais baixo da UE e Portugal continua a atrasar-se face aos seus parceiros europeus.

O investimento directo estrangeiro, em 2007, caiu 37,2%, enquanto o investimento português no estrangeiro aumentou 85,4%.

Estes dois simples indicadores, referidos no Boletim Estatístico do Banco de Portugal, revelam bem o fiasco da política económica do governo.

De facto, se o investimento estrangeiro nos vira as costas, se o investimento nacional é mal tratado cá dentro e prefere apostar em novos mercados internacionais, se o investimento público também é reduzido, como pode Portugal dar a volta e crescer acima dos nossos parceiros europeus, como é imperioso que aconteça?

E se a isso juntarmos os 7 mil milhões de euros anuais do QREN que já deviam ter sido investidos em 2007 e não foram, por grosseira incompetência e desleixo do governo,

qual é então a estratégia do governo para dinamizar a retoma da economia?

As consequências sociais desta falta de rumo na área económica, estão á vista.

O desemprego dispara e é o problema social mais grave dos portugueses.

Em 2007, o desemprego atingiu 8,1%, estimando o INE que mais de meio milhão de pessoas se encontram desempregadas.

Portugal registou não só uma subida de desemprego em 2007, em contra-ciclo com a generalidade dos Estados-Membros, como passou a ter uma taxa de desemprego superior à média comunitária, o que sucede pela 1ª vez.

As mulheres, com 56,1% do desemprego total, e os jovens, com mais do dobro do desemprego geral (16,6%), são os sectores mais castigados pelo desemprego.

E o número de licenciados desempregados, com especial incidência nas mulheres, atinge 59.300 pessoas.

Muitas pessoas das classes médias, atingidas pelo desemprego e cada vez mais asfixiadas pelas dívidas, vão caindo em situações de pobreza.

Pobreza que está a crescer, ao ponto da Comissão Europeia criticar o governo português e considerar muito preocupantes as situações de pobreza no nosso País.

Esta é a dura realidade do desemprego, com a taxa mais elevada dos últimos 22 anos, que angustia centenas de milhares de famílias.

Ou seja, o desemprego, a precaridade nas relações laborais, o endividamento das famílias e das empresas, a subida das taxas de juro, o brutal aumento de todos os impostos, o descontrolo da inflação e a perda de poder de compra dos salários, colocam os níveis de confiança dos portugueses no nível mais baixo desde 2003.

Estes são os resultados de 3 anos de governo socialista, bem reveladores da estagnação económico-social do País, com reflexos também ao nível da insegurança e criminalidade.

Situação que não invocamos aqui como arma de arremesso político. Antes queremos concluir que são muitos os problemas e que, perante eles, não podemos meter a cabeça na areia. Mas o governo não quer ver a realidade e prefere pintar as coisas com cores de rosa.

Ora, é no reconhecimento do que está mal que se pode alicerçar um caminho novo, onde haja condições para relançar a economia e vencer a crise social crescente.

É preciso que os portugueses, em vez do desemprego e da exclusão, tenham direito ao trabalho, à promoção da sua competência profissional, a um salário compatível com as suas aptidões e ao apoio social na doença à medida daquilo por que lutaram.

É preciso uma política económica ambiciosa, capaz de criar riqueza, gerar emprego de qualidade e aproximar Portugal dos países mais avançados da UE.

É preciso que a riqueza não se concentre cada vez mais numa minoria e a pobreza alaste a um número cada vez maior de portugueses.

É preciso combater as gritantes desigualdades sociais com políticas concretas, e não com meros discursos de retórica.

É preciso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, devolver a confiança e a esperança aos portugueses.

É por tudo isso que o PSD não se conforma com o actual estado de coisas. É por isso que trabalhamos e lutamos. Porque acreditamos que os portugueses têm capacidades para vencer as dificuldades do presente e merecem um Futuro Melhor.



Comissão aprova novas orientações para os auxílios estatais à pesca

A Comissão adoptou novas orientações para os auxílios estatais no sector da pesca. Estas novas orientações destinam-se a assegurar a coerência com as regras do novo Fundo Europeu das Pescas (FEP) e a permitir uma execução das políticas da UE em matéria de auxílios estatais que respeite as regras da política da concorrência da UE e da Política Comum das Pescas. As novas regras irão permitir aos Estados membros conceder auxílios estatais no âmbito da maior parte das medidas incluídas no FEP. No entanto, devido ao seu carácter específico, as ajudas para substituição de motores e de artes de pesca e as ajudas para o desenvolvimento sustentável das pescas não foram incluídas. As novas orientações irão permitir que sejam concedidos auxílios estatais adicionais aos meios disponibilizados pelo FEP para compensar danos causados por catástrofes naturais, circunstâncias excepcionais ou mau tempo. As orientações, sob certas condições, também permitem os auxílios estatais sob a forma de benefícios fiscais para navios da UE que pratiquem a pesca de atum e espécies congéneres fora das águas territoriais da UE e do limite das 200 milhas marítimas. Esta medida destina-se a desencorajar os armadores da UE de registarem os seus navios de pesca em países terceiros que não asseguram um controlo adequado das suas frotas pesqueiras, especialmente no que diz respeito à pesca ilegal, não-declarada e não regulamentada. Por último, as novas regras irão prever condições especiais para a comercialização de produtos da pesca das regiões ultraperiféricas da UE e para os auxílios estatais relacionados com o desenvolvimento das frotas pesqueiras dessas regiões. As novas orientações entram em vigor em 1 de Abril de 2008.

Grupo de Coordenação do Gás Natural analisa conflito entre Rússia e Ucrânia

A pedido de Andris Piebalgs, Comissário Europeu responsável pela Energia, o Grupo de Coordenação do Gás Natural reuniu-se ontem em sessão extraordinária em Bruxelas para avaliar o nível de confiança nos fornecimentos de gás natural dependentes da travessia da Ucrânia, na sequência do litígio iniciado na semana passada entre a Gazprom e a Ucrânia e das novas negociações entre as duas partes. Após ter constatado que os fornecimentos ao mercado da UE não foram afectados pelas restrições nos fornecimentos

impostas à Ucrânia, o Grupo sublinhou a importância e a necessidade duma clarificação urgente das relações entre o consumo interno de gás natural na Ucrânia e o trânsito de gás para a UE.

Comissão quer uma abordagem comum da governação das agências europeias

A Comissão Europeia apelou ontem para que seja adoptada uma nova abordagem das funções e da governação das agências europeias. Nos últimos anos, o recurso a agências para a execução de funções fundamentais tornou-se parte integrante do modo de funcionamento da União Europeia. A comunicação apela ao Parlamento Europeu e ao Conselho para que dêem um novo impulso ao desenvolvimento necessário de uma visão clara e coerente do papel das agências na governação europeia. A Comissão propõe a criação de um grupo de trabalho interinstitucional que permita que as principais questões com que as agências se defrontam sejam resolvidas através de regras de base aplicáveis a todas as agências.

PE aprova criação do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT)

O Parlamento Europeu adoptou ontem o Regulamento relativo à criação do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia. Os próximos passos serão a nomeação dos membros do Conselho Directivo do Instituto, que deverá ocorrer até Junho deste ano, e a criação das duas ou três primeiras comunidades de conhecimento e inovação, até finais de 2009.

Comissão recomenda abertura de negociações com EUA sobre programa de dispensa de vistos

A Comissão Europeia recomendou ao Conselho da União Europeia a abertura de negociações para um acordo com os Estados Unidos da América sobre o seu programa de dispensa de vistos (Visa Waiver Program).

Produção industrial europeia cresce 0,9% em Janeiro de 2008

Em Janeiro de 2008, comparando

com Dezembro de 2007, a produção industrial, após correcção das variações sazonais, cresceu 0,9% tanto na zona euro (ZE-15) como na UE 27. Em Dezembro de 2007, a produção

tinha-se mantido inalterada em ambos os casos. Comparando com Janeiro de 2007, a produção industrial progrediu 3,8% na zona euro e 3,5% na UE 27. - CE

Conselho da Primavera

Carlos Coelho destaca crescimento na UE e apela à solidariedade Europeia em matéria de vistos

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, esteve hoje em debate o próximo Conselho da Primavera e a Agenda de Lisboa. Este debate contou com a presença do Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso e com a intervenção do Deputado do PSD Carlos Coelho.

Carlos Coelho começou por desejar os “maiores sucessos à Presidência eslovena” e salientou como “muito feliz” a ideia de centrar o próximo Conselho Europeu nas questões da “economia e do desenvolvimento.”

Salientou também o facto do Presidente Durão Barroso por ter “dado prioridade a estas matérias desde o início do seu mandato. Ao rever a Estratégia de Lisboa, desburocratizando-a e dando-lhe um novo fôlego apontou na direcção certa.”

Carlos Coelho, salientou que “a despeito da turbulência da crise financeira internacional e do aumento do preço da energia e em especial dos combustíveis fósseis, a evolução da dívida pública e dos défices públicos, o crescimento económico e a geração de emprego têm apresentado indiscutíveis valores positivos.”

Na sua opinião a Europa precisa de “mais e melhor Estratégia de Lisboa ancorada num pacto pelo crescimento e pelo emprego, que invista no conhecimento e na inovação, apoie o desenvolvimento sustentável, comporte uma agenda ambiental e tire partido do potencial das Pequenas e Médias Empresas em toda a União.”

Segundo Carlos Coelho “o crescimento económico é importante não apenas para garantir um bom nível de vida aos europeus” mas também para “assegurar de forma sustentada as políticas de coesão económica e social. O compromisso comum do projecto europeu baseia-se numa lógica de solidariedade.”

Tendo com “pano de fundo” a recente polémica da assinatura de acordos bilaterais entre Estados-Membros e os EUA em matéria de vistos, Carlos Coelho fez um apelo à Presidência do Conselho para que “recorde aos Estados que a solidariedade é condição de sucesso da nossa União e que a exaltação de egoísmos nacionais só prejudica.”

Lembrou de seguida que para além das questões económicas há questões de mobilidade e de segurança. “Ainda há 2 meses festejámos com alegria a antecipação do alargamento do Espaço Schengen e a abolição de fronteiras internas. Esse Espaço é, hoje, um Espaço comum. Políticas de Visto, controlo de fronteiras, partilha de dados e informações, cooperação policial e judicial são ferramentas da nossa segurança e da nossa liberdade. Temos de fazer essa gestão em conjunto e, em conjunto, lidarmos com os nossos parceiros no Mundo” afirmou.

A terminar Carlos Coelho desejou que no próximo Conselho “essa solidariedade seja reforçada e seja claro perante a República Checa, a Estónia e a Letónia, ou qualquer outro que a negociação da política de Vistos com os nossos parceiros americanos é uma matéria europeia. Também aqui, a unidade europeia é condição do seu sucesso e da sua credibilidade”

Crónica à distancia: as campanhas, em Lisboa, contra a Madeira

Alberto João Jardim(*)

É evidente que o controlo da Informação no continente português, transformado em “propaganda” condicionada pela política e pelos “interesses”, permitiu, na sequência de uma tradição centralista e ainda de marca colonialista, mover na Opinião Pública nacional uma campanha feroz, deturpada ou mentirosa da realidade madeirense e sobre os Direitos do nosso Povo.

Temos de ser realistas.

Este controlo da Informação custa dinheiro ou implica “facilidades” para quem tal se presta.

A Região Autónoma não tem recursos financeiros para se poder defender através da disposição de meios que possam repôr a Verdade, porque custam muito dinheiro. Neste aspecto, estamos indefesos ante a desonestidade e a indignância cultural de quem nos ataca.

Por outro lado, a RTP e a RDP da Madeira funcionam como meros agentes retransmissores da “propaganda” de Lisboa, sendo daí impostas a Informação e a Programação, apesar do protesto da maioria dos respectivos Trabalhadores, como, por outro lado, lhes são dadas nulas possibilidades para colocar a realidade regional nas emissões do Continente. O que a Entidade Reguladora, como também peça do Sistema, finge não conhecer.

Nas classes mais favorecidas e na classe média alta do Continente, o problema encontra-se mais ou menos resolvido, na medida em que viajam, deslocaram-se ao nosso arquipélago e constataram as realidades, objectiva e honestamente.

O problema reside nos sectores socialmente mais desfavorecidos, cada

vez em maior número graças aos socialistas, que não têm a mesma capacidade de deslocação, mais a mais que o preço dos transportes aéreos é excessivamente caro para a distância a percorrer, comparado com o praticado para iguais distâncias no estrangeiro. Circunstância esta, mais uma, que também é utilizada pelo Governo central para lesar politicamente a Madeira e o Porto Santo.

As classes sociais portuguesas mais desfavorecidas, não conhecem a realidade do nosso arquipélago. E, por outro lado, estão mais à mercê das propagandas com intuito massificador. Mesmo que queiram reagir, o problemático modo de vida quotidiano a que estão sujeitas, tornam-nas alvo fácil das mentiras estereotipadamente repetidas.

Num quadro assim tão difícil,

devem os Autonomistas madeirenses desenvolver, o mais possível, uma hábil intervenção política dirigida ao todo nacional, mesmo com a frustração de as mensagens só passarem residualmente, ou serem descontextualizadas ou censuradas.

Devem ainda recorrer às Novas Tecnologias ao seu alcance, mas de forma intensiva.

E deve o PSD nacional, apesar das limitações a que também está sujeito pela arbitrariedade socialista e pelos “interesses” da Situação, ajudar a combater a cortina de desinformação politicamente apontada contra o Povo Madeirense.

É preciso mobilizar mais esforços e combater a preguiça burguesa. - (*)
*Presidente da CPR/Madeira-PSD;
Presidente do Governo Regional da Madeira*

Local 

Notícias de Braga

Aferição dos apoios recebidos e das necessidades evidenciadas nas freguesias do Concelho



Os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” têm aproveitado as diversas iniciativas promovidas nas Freguesias para contactar directamente com as respostas sociais existentes em cada uma das localidades e, bem assim,

para aferir dos apoios recebidos e das necessidades evidenciadas por cada uma das entidades.

No decurso das últimas semanas, foram já efectuadas visitas ao Centro Comunitário de Dume – que viu

recentemente aprovada uma candidatura pelo Programa PARES para a construção de um novo espaço – e ao Centro de Dia da ASCREDNO – Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró, cujas conclusões podem consultar na Nota em anexo.

Na sequência destes contactos, os Autarcas da Coligação deslocaram-se no Domingo, 16 de Março, à Freguesia de Real, onde tinham agendados encontros com a Associação de Reformados de Real (pelas 10:30 horas) e a Direcção da Fundação Vieira Gomes (pelas 11:00 horas).

O encontro decorreu nas instalações da Fundação, uma vez que a Associação também se encontra sediada neste espaço. – **Gab. Imp. “Juntos por Braga”**

Anexo: acompanhamento no terreno

Os Vereadores da Coligação

“Juntos por Braga” têm aproveitado as diversas iniciativas promovidas nas Freguesias para contactar directamente com as respostas sociais existentes em cada uma das localidades e, bem assim, para aferir dos apoios recebidos e das necessidades evidenciadas por cada uma das entidades.

No decurso das últimas semanas, foram já visitados o Centro Comunitário de Dume e o Centro de Dia da ASCREDNO – Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró.

Em ambos os casos, as instituições funcionam em partes autónomas dos edifícios das sedes das Juntas de Freguesia e dispõem já das valências de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e ATL, bem como o serviço de refeições para as Escolas das Freguesias.

Para lá das boas condições infra-estruturais disponibilizadas, uma e outra instituição distinguem-se pela qualidade do serviço prestado aos

utentes, graças à extrema dedicação e profissionalismo de todos quantos prestam apoio aos idosos e crianças das Freguesias em questão, em número não despreciando.

Em ambos os casos, também, para lá do número de utentes contratualizado com a Segurança Social é feito um esforço para acompanhar outros idosos necessitados, tendo em conta a ausência de soluções alternativas e a urgência social de algumas das situações com que as instituições se deparam.

Quer em Nogueiró, quer em Dume, as instituições sociais visitadas contam com a total colaboração das respectivas Freguesias, através dos seus órgãos autárquicos e do envolvimento directo dos respectivos Presidentes de Junta, João Tinoco e Constantino Caldas.

Se em Nogueiró a ambição de identificar um espaço que se possa

configurar como um Lar para idosos é ainda uma miragem, o Centro Comunitário de Dume conseguiu ver aprovada, à quarta tentativa, a sua candidatura ao Programa PARES com vista à edificação de um novo edifício onde se reunirão diversas valências sociais (Lar para Idosos, Creche/Infantário e ATL).

A Câmara Municipal de Braga disponibilizou o terreno e a Junta de Freguesia colaborará na comparticipação local graças ao envolvimento da comunidade (empresas e cidadãos) da Freguesia, uma vez que num projecto de 1,7 milhões de Euros, a comparticipação do Programa PARES é de apenas 625 mil Euros.

A aprovação deste projecto foi motivo de especial congratulação para os responsáveis da Coligação, uma vez que o mesmo fora já abordado numa visita realizada pelos responsáveis do

PSD à Freguesia de Dume há quatro anos, mantendo-se durante este período e até data recente a indefinição sobre a sua viabilidade de execução.

Na óptica de Ricardo Rio, este tipo de respostas são especialmente relevantes tendo em conta a tendência generalizada para o envelhecimento da população e, no caso de Nogueiró, a dificuldade de fixação das populações mais jovens, face à elevada especulação imobiliária dos atractivos terrenos da Freguesia.

Por esse motivo, o líder da Coligação compreendeu a relevância do projecto da equipa liderada por João Tinoco de disponibilizar, tão breve quanto possível, moradias a custos controlados para a população local.

Neste âmbito, o projecto que se arrasta há vários anos e que se julgava suspenso por uma desconformidade face ao PDM em vigor, não avançou ainda por manifesta oposição da Câmara Municipal que, na pessoa do

seu Vice-Presidente, assegurou na última reunião do Executivo que “iria sempre inviabilizar esse loteamento nos moldes em que o mesmo se encontra definido, face ao impacto visual negativo na sensível zona de protecção do Bom Jesus”.

Na ocasião, Nuno Alpoim desafiou mesmo os Vereadores da Coligação a “conhecerem o projecto em detalhe” para avaliarem se “subscreviam ou não a posição da Câmara”.

Tratando-se de uma posição inovadora, que jamais fora expressa sequer ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueiró, os Vereadores da Coligação sugeriram o estabelecimento do diálogo entre ambas as Autarquias, com vista à obtenção de uma solução de consenso que possa viabilizar a concretização deste importante projecto tão breve quanto possível. – **Gab. Imp. “Juntos por Braga”**

Notícias de Ovar

AR NUMA ENCRUZILHADA

O Município de Ovar está, actualmente, numa encruzilhada administrativa e territorial.

A recente vaga de encerramentos de diversos serviços públicos, resultante do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), deve-nos merecer uma reflexão sobre aquilo que pode/deve ser um novo posicionamento geo-estratégico do Município de Ovar, nesta primeira década do Século XXI.

Este artigo é apenas um contributo para essa reflexão e, sem pretender fazer aqui uma resenha histórica do longo historial de associativismo autárquico a que o Município de Ovar tem estado vinculado, importa, contudo partilhar aqui alguns factos.

O Município de Ovar localiza-se na Região Centro (NUT II), pertence Distrito de Aveiro e está integrado na NUT III do Baixo Vouga. Os seus limites geográficos compreendem, a Norte, o município de Espinho (pertencente à NUT III do Grande Porto), a Este, os municípios de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis (pertencentes à NUT III do Entre Douro e Vouga) e a Sul, os municípios de Estarreja e Murtosa (pertencente à NUT III do Baixo Vouga).

Vejamos alguns exemplos de espaços de relacionamento institucional. Ao nível do abastecimento de água, Ovar está integrado no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Grande Porto - Águas do Douro e Paiva -, com sede no Porto. Ao nível do saneamento, Ovar pertence à SIMRIA – Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, com



sede em Aveiro. Ao nível da recolha de resíduos sólidos, Ovar pertence à ERSUC - Sistema Multimunicipal de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro, com sede em Coimbra. Ao nível do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Ovar pertence à CCDD-Centro, com sede em Coimbra. Ao nível da Agricultura, Ovar pertence à Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, com sede em Castelo Branco. E isto, só para referir alguns áreas temáticas.

Por sua vez, e desde a data da sua fundação em 1989, Ovar integra a Associação de Municípios da Ria

(AMRIA), que é composta por mais dez municípios: Águeda, Albergaria-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos.

A experiência desenvolvida e acumulada, desde 1989 no seio da AMRIA, em projectos de âmbito supramunicipal, constituíram o “embrião” da Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA), criada em 2004.

Por outro lado, as orientações estratégicas definidas pelo actual governo para o QREN 2007-2013 criam boas condições para as associações de municípios, como é o

caso da GAMA, desempenharem um papel de relevo no desenvolvimento de projectos de escala supramunicipal.

Se bem que esta seja uma realidade incontornável para o actual período de programa financeira ao nível comunitário, também é verdade que o Município de Ovar tem sofrido um progressivo esvaziamento de serviços públicos (por exemplo, na área da Saúde, Justiça, Educação e Finanças), agravado pelo facto de ter uma referenciação à NUT III do Baixo Vouga (à qual pertence actualmente) e que possui a sua sede na cidade de Aveiro.

Este simples facto não é desprecioso, se tivermos em linha de conta que muitos serviços públicos estão concentrados (ou a concentrarem-se) na NUT III do Entre Douro e Vouga, mais precisamente, no concelho vizinho de Santa Maria da Feira.

Em suma, tendo em conta que o Município de Ovar se situa precisamente na charneira de dois espaços urbanos fortemente polarizadores (Porto e Aveiro) e estando em presença de um âmbito geográfico e institucional muito diversificado (NUT III do Baixo Vouga, NUT III do Entre Douro e Vouga, NUT III do Grande Porto, Grande Área Metropolitana de Aveiro e Grande Área Metropolitana do Porto), abre-se uma janela de

oportunidades, mas também de ameaças, para a integração do Município de Ovar num novo espaço de relacionamento regional. - **Do nosso correspondente, Alvaro Santos**

Autarcas do PSD alertam para grave situação de saúde pública: Crianças da Escola Básica nº1 de Maceda brincam no meio de dejectos

O PSD de Ovar realizou ontem (quinta-feira) uma visita à freguesia de Maceda, tendo passado pelo Centro de Saúde, pelo Posto dos Correios e pela Escola EB1 de Maceda, para conhecer os seus principais problemas e dificuldades.

O Centro de Saúde de Maceda é um dos serviços que está sob ameaça de ser encerrado, à semelhança de tantos outros serviços públicos do Concelho de Ovar. Relativamente ao Posto de Correios, importa recordar que foi pela forte pressão dos Autarcas do PSD na Assembleia de Freguesia de Maceda que, em devido tempo, se opuseram categoricamente ao seu encerramento como era a vontade dos serviços centrais dos CTT.

Mas, desta visita deve ser salientado o caso da Escola EB1, onde o PSD constatou duas situações graves

que devem merecer uma resposta urgente da Câmara Municipal de Ovar. No entanto, as respostas da autarquia têm demorado mais do que aquilo que seria razoável.

Em primeiro lugar, o PSD salienta o incompreensível atraso das obras de ampliação da cantina da escola que já duram há mais de 6 meses, isto é, desde o início do ano lectivo.

Tendo-se verificado que a cantina não era suficiente para o acolhimento de tantas crianças (cerca de 300 ao todo, incluindo os alunos do ensino básico e as crianças que se encontram a frequentar as actividades de enriquecimento curricular) foi-lhe anexada uma sala de aula, inutilizada, para aumentar o espaço destinado às refeições.

No entanto, a cantina ainda não está em funcionamento porque já há mais de seis meses que a escola aguarda por uma pequena obra, a colocação de um novo piso na sala, para que o espaço possa finalmente ser utilizado. O que está em causa não é, portanto, uma obra complexa, mas algo que, com empenho e boa vontade, até poderia ser resolvido apenas num dia. Assim, e devido à demora dessa intervenção, as crianças têm estado a ser transportadas diariamente de carrinha para a Escola C+S de Maceda, onde lhes são servidos os almoços.

Por essa razão, o PSD exige à Câmara Municipal de Ovar a rápida conclusão desta pequena obra para que a cantina possa entrar em funcionamento, por forma a evitar maiores transtornos às crianças e à própria escola.

Em segundo lugar, um caso preocupante de saúde pública: as fossas sépticas da Escola EB1 de Maceda, instaladas num espaço de recreio onde existe um campo de futebol, estão subdimensionadas para as necessidades da escola.

Em resultado disso, o que acontece é que as águas sujas da fossa – misturadas com urina e dejectos – transbordam com bastante frequência, havendo ocasiões em que o campo de futebol das crianças mais parece um autêntico charco de porcaria, tal como aconteceu aquando da visita dos Autarcas do PSD.

Sendo aquele um espaço em que as crianças brincam e convivem durante os intervalos escolares, o PSD apela à Câmara Municipal de Ovar para que dedique a mais urgente atenção a esta situação, para garantir condições de recreio às crianças e para assegurar a higiene e salubridade daquele estabelecimento de ensino, que é o único daquela freguesia dedicado ao primeiro ciclo. - **Do nosso correspondente**

Valores cobrados indevidamente a

milhares de munícipes

PSD defende forma expedita de devolver caução dos SMAS aos munícipes

Em reunião de Cama, no princípio do mês, os vereadores do PSD recomendaram à Câmara Municipal de Ovar a devolução dos valores da caução em tempos suportado para a instalação de contadores de água nos domicílios seja efectuada através do respectivo crédito na factura do mês seguinte, em vez das pessoas terem obrigatoriamente de se deslocar às instalações dos SMAS para serem ressarcidas, tal como foi divulgado em recente edital tornado público nas Juntas de Freguesias.

Os vereadores do PSD defendem que, desta forma, evitar-se-ia o transtorno de deslocação e perda de tempo dos milhares de munícipes a quem foi cobrado indevidamente o valor desta caução. Para mais, muitas dessas situações envolvem valores residuais (alguns dos quais não cheguem sequer a atingir um euro), o que certamente desmotivará as pessoas de se deslocarem à sede dos SMAS para receberem o que lhes é devido.

Assim, para os sociais-democratas esta é a solução ideal do ponto de vista da eficácia, justiça social e operacionalidade do serviço de atendimento, sendo também aquela que menos trabalho representará para os próprios SMAS. - **CPS/PSD-Ovar**

Notícias de Setúbal

Comissão Política Distrital do P. S. D. e o funcionamento da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Decorrido cerca de um ano e meio sobre a publicação da nova lei orgânica do Ministério da Administração Interna – Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro, e sensivelmente um ano sobre a publicação da Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária – Decreto-Lei n.º 77/2007, de 29 de Março, decorrente PRACE – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006 de 21 de Abril de 2006, o partido Social Democrata transmitiu à Senhora Governadora Civil, a sua preocupação pelas consequências negativas nos seguintes aspectos:

1. A centralização desta entidade em Lisboa é negativa e constitui um retrocesso ao nível qualitativo no atendimento de proximidade e esclarecimento do cidadão do Distrito de Setúbal;

2. A ANSR tem-se revelado incapaz de assumir o papel



desempenhado até aqui pela DGV, por ter dispensado cerca de 25 funcionários e colaboradores, até aqui bem mobilizados na prossecução desta missão;

3. Consequentemente estão a prescrever milhares de processos de contra-ordenação que não foram tempestivamente tratados, devido ao

novo modelo baseado em pressupostos impraticáveis de instrução automática através de meios informáticos inaplicáveis, e inexistentes nos postos territoriais da GNR e esquadras da PSP do Distrito;

4. A separação das competências relativas às cartas de condução, para o Instituto da Mobilidade e

Transportes Terrestres gerou ineficiência e descoordenação com a ANSR, em prejuízo do cidadão, das entidades autuantes e dos Tribunais, que têm que esperar meses por esclarecimentos e para saber onde se encontram os seus documentos e qual a situação dos seus processos;

*

A Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD solicitou ao Ministério da Administração Interna, através da Senhora Governadora Civil, que determine a instauração urgente de uma acção inspectiva à ANSR, a executar pela Inspeção Geral da Administração Interna para apurar as causas e soluções dos aspectos supra mencionados. - **CPD/PSD-Setúbal**

Setúbal, 7 de Fevereiro de 2007
P'la Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD

Bruno Vitorino
Presidente

Notícias do Algarve

Comunicado da CPD/Faro

Sobre a EN 125: Mendes Bota reage a declarações de Mário Lino

Reagindo às declarações do Ministro das Obras Públicas, Mário Lino, feitas no contexto da sessão de propaganda do governo, realizada no Algarve, para anunciar as obras de requalificação da EN 125, o Vice-Presidente do PSD, e líder da Distrital do Algarve, Mendes Bota, declara:

“A requalificação da EN 125, anunciada como Concessão Algarve Litoral, é necessária e é urgente. Já vem tarde. Perderam-se demasiadas vidas, e este Governo tem a responsabilidade maior por este atraso.

O investimento previsto de 150 milhões de Euros é bem-vindo numa região onde o Estado parou de investir há 3 anos. Mas os algarvios não se deixam iludir. É para gastar em três anos (2008-2009-2010), o que fica reduzido a 50 milhões por ano. O PIDDAC para o Algarve, em 2003, era de 333 milhões de Euros. Para 2008 estão inscritos no Orçamento de Estado apenas 95 milhões de Euros.

O Partido Socialista venceu as eleições de 2005 no Algarve, estribado num conjunto de promessas, entre as quais, a de que a Via do Infante não teria portagens “nunca, jamais, em tempo algum”.

Agora, questionado sobre a intenção de introduzir portagens na

Via do Infante, o Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Mário Lino deixou escapar: “Portagens, para já, não!”. Para seguidamente ironizar que não poderia garantir a sua não colocação até ao século XXII.

Ainda não foram esquecidas as suas declarações na audição da Comissão de Obras Públicas da Assembleia da República onde, em 18 de Maio de 2005, a propósito da introdução de portagens nas SCUTS (incluindo a Via do Infante), Mário Lino afirmou que isso “é tão certo como a morte!”

Ficará para a história a sua monumental inversão de posição, que conduziu à decisão de aeroporto internacional de Alcochete Jamé.

O Ministro das Obras Públicas não é garante de coisa nenhuma.

Mas o Engenheiro Mário Lino foi mais longe, proferindo acusações ao PSD e à sua direcção completamente desajustadas, e falsas, que aproveitou para esclarecer. O PSD/Algarve, e eu próprio, somos frontalmente contra a colocação de portagens na Via do Infante.

E, ainda há seis meses atrás, o actual Presidente do PSD, Dr. Luis Filipe Menezes, em discurso proferido em Quarteira, deixou explícita a sua



oposição à implantação de portagens na Via do Infante, atendendo ao facto de esta ser, em mais de metade do seu traçado, muito anterior ao modelo SCUT inventado pelo governo de António Guterres, de não possuir todos os requisitos técnicos de uma auto-estrada, e de a EN 125, mesmo depois das obras de requalificação, nunca poder constituir uma verdadeira alternativa à Via do Infante, na principal região turística do País.

Na nossa opinião, a acontecer a colocação de portagens na Via do Infante, isso seria um desastre para a fluidez do trânsito na zona mais litoral e habitada do Algarve.

O Ministro das Obras Públicas não tem o direito de faltar à verdade, e de colocar no PSD qualquer intenção de defender a colocação de portagens na Via do Infante. É uma infâmia que desminto categoricamente.” – CPD/ PSD-Algarve, J. Mendes Bota

Notícias de Sintra

RESULTADOS 4ª EDIÇÃO DO RALLY “AS CAMÉLIAS DE SINTRA”

Um Lancia Aurélia, de 1957, conduzido por Pedro Jerónimo da Silva, ganhou a 4ª Edição do Rally “As Camélias de Sintra” em Automóveis Antigos, o mais histórico Rally de Portugal, disputado este fim de semana (14 e 15 Março) nas mágicas estradas de Sintra.

Fernando Carpinteiro Albino, ao volante de um Porsche 356 de 1960 terminou a prova em 2º lugar e Jorge Mendes Dias, conduzindo um MGA de 1956 arrecadou a 3ª classificação.

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra, esteve ao volante de um Rover TC 2000, de 1970, carro que Fernando Pessa conduziu durante longos anos. Fernando Seara foi desclassificado porque foi impedido de terminar uma das provas devido a compromissos oficiais. O autarca

recebeu na manhã de Sábado os participantes no Congresso Luso-Brasileiro sobre Direito do Trabalho, onde se incluíam altos representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e Juizes Conselheiros de Tribunais Superiores brasileiros.

Perto de 40 “ex-bóldes”, todos construídos entre 1928 e 1971, estiveram em prova nas sinuosas estradas da Serra de Sintra e Colares nesta 4ª Edição do Rally “As Camélias de Sintra”, constituído por três etapas.

Estiveram em competição extraordinários automóveis como um Mercedes 190 SL, de 1958, um Ford Thunderbird de 1960 ou um Porsche 356, também de 1960. Com este Rally pretende-se recuperar a tradição da Vila de Sintra como palco privilegiado para as provas automobilísticas, aliando a beleza das paisagens de Sintra a um conjunto de automóveis com data de fabrico



limitada até 1971 que, pela sua raridade e beleza, contribuem para transformar esta prova numa referência em competições deste género.

Com este objectivo, e após o sucesso verificado nos três anos anteriores, a Câmara de Sintra e a Associação Fernando Pessa do Automóvel Antigo decidiram manter

a competição.

Recorde-se que o histórico Rally “As Camélias de Sintra” decorreu de 1946 a 1991. 14 anos mais tarde, pela mão do actual Presidente da Câmara de Sintra e do Museu Fernando Pessa, a prova voltou à estrada em 2005.

– Gab. Imp. CM Sintra

Notícias dos Açores

Navio “não garante segurança” dos passageiros



O PSD/Açores considerou hoje que o navio de transporte de passageiros “Ilha Azul” “não garante a segurança” dos passageiros, a menos que seja impedido de operar em portos com menor operacionalidade sempre que se registem ventos superiores a 20 nós.

“O navio ‘Ilha Azul’ não garante segurança aos passageiros que o utilizam, a menos que impossibilitado de operar em alguns portos dos Açores, os chamados portos mais apertados, com vento igual ou superior a 20 nós”, afirmou o deputado social-democrata Jorge Macedo, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores comentava o relatório, divulgado esta semana, da investigação da Autoridade Marítima Nacional ao acidente, ocorrido no ano passado, com o navio

“Ilha Azul” na ilha Graciosa.

Recorde-se que o documento refere que a embarcação encalhou no porto da Praia da Graciosa devido a um “golpe de vento” de 20 nós.

Jorge Macedo acrescentou que o navio, ao não poder operar sempre em alguns dos portos com menor operacionalidade, “vai multiplicar os cancelamentos”.

“É preciso que isso seja dito e garantido aos açorianos”, defendeu.

Para o deputado social-democrata, “com a segurança de pessoas e bens não se pode assobiar para o lado”.

“Queixas e denúncias” no Porto Judeu

O PSD de Angra do Heroísmo distribuiu recentemente um comunicado pela população do Porto

Judeu, onde alinha um conjunto de perguntas aos habitantes da freguesia, como forma de “alertar” para uma série de incongruências e esquecimentos levados a cabo “pelo Governo Regional, pela Câmara Municipal de Angra e pela Junta de Freguesia local”, numa situação que em muito “vem prejudicando a freguesia nos últimos dois anos e meio”.

Sem meias palavras a concelhia presidida por Carla Bretão elenca várias “faltas” das entidades oficiais, que vão desde o estacionamento da Escola “ainda por resolver”, a falta de serventia, “entre os lavradores da freguesia”, do carregador de gado feito pela Junta, ou o contínuo “derrame de água” do tanque da Ladeira da Quinta.

O PSD revela mesmo que “a primeira coisa que o presidente da Junta fez, mal foi eleito, foi atribuir um

Freguesia “foge à responsabilidade na organização das festas da freguesia”, situação que poderá mudar, afinal “e em fim de mandato” é preciso “garantir votos para serem eleitos outra vez”, alertam os social-democratas.

Na próxima segunda-feira (dia 17) os responsáveis do PSD da cidade património reúnem com militantes do Porto Judeu, num encontro que servirá para abordar “estas e outras questões de interesse para a localidade” e que se afigura importante dada a “insatisfação clara que se sente na freguesia”, concluem.

Governo “não controla” gastos em publicidade institucional

O PSD/Açores considerou hoje que o governo regional “não controla” a despesa pública em publicidade institucional e é “incapaz” de cumprir a promessa de apresentar legislação que regulamente os critérios da sua atribuição.

“O governo está desorganizado e não cumpre a sua missão de controlar a despesa pública, quer nos seus montantes, quer na justeza da autorização das concretas despesas pagas. É inadmissível que o governo não possua meios para saber, com fidelidade e total rigor, o que pagou em cada mês e a quem”, afirmou o deputado social-democrata José Manuel Bolieiro, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores referia-se à recente deliberação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sobre os critérios usados pelo governo regional para a distribuição de publicidade institucional pela imprensa.

José Manuel Bolieiro recordou que o executivo, questionado pela ERC, respondeu que “não possui informação concreta sobre as quantias contratadas e pagas a título de publicidade institucional”.

O deputado social-democrata desafiou o governo regional a revelar quanto gastou em publicidade institucional, mas o executivo não respondeu.

Bolieiro referiu, também, que o governo “se mostra incapaz de cumprir o que prometeu”, já que em Março de 2006 o secretário regional da Presidência prometera para breve a apresentação de legislação que definisse critérios de atribuição da publicidade institucional.



ordenado a si próprio, totalizando encargos superiores a 8000 euros por ano” e recorda que “a iluminação do adro, da Igreja Paroquial e da sede da Junta, está apagada há vários meses sem que a Junta proceda à sua manutenção”.

Também as obras do pavilhão multiusos são focadas, recordando-se a promessa, no Carnaval do ano passado, “de avançar com as mesmas, tendo sido mostradas imagens do projecto e do pavilhão já concluído”, mas que “ficaram no computador, estando as coisas no mesmo ponto de há 4 anos”, dizem.

A dificuldade na obtenção de consultas médicas, e a insegurança sentida na freguesia, são apontados como “problemas do dia a dia”, referindo os social-democratas que a toxic dependência, e as suas consequências habituais têm sido uma temática “esquecida” no Porto Judeu.

Recordam ainda que a Junta de



“É inaceitável passar-se um mandato inteiro sem capacidade política e técnica para propor uma iniciativa legislativa sobre publicidade institucional. Inércia própria de quem se encontra esgotado”, afirmou o parlamentar do PSD/Açores.

PSD quer Região “menos dependente” de produtos importados

O PSD/Açores defendeu hoje a implementação de políticas que tornem a Região “menos dependente” de produtos alimentares importados, através de medidas que incentivem a produção e o consumo locais.

“Percebendo o deficit dos Açores nalguns produtos, é preciso estabelecer políticas que nos tornem menos dependentes de produtos alimentares vindos de fora, isto é, menos prisioneiros do exterior”, afirmou o deputado social-democrata António Ventura, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores salientou que é necessário “encarar a possibilidade de se aumentar a área de hortícolas e frutícolas”, dado que se tem verificado um “aumento sucessivo das importações e uma perda progressiva da auto-suficiência das ilhas em produtos frescos”.

António Ventura propôs uma série de medidas de “estímulo” à produção e ao consumo locais, “com todos os benefícios socio-económicos que daqui advém”.

De acordo com o deputado social-democrata, a Região deve promover a “certificação de algumas espécies e variedades” e apostar em “marketing também interno, aproximando quem produz de quem consome”.

O parlamentar do PSD/Açores defendeu, ainda, que devem existir “dados estatísticos” sobre a importação de produtos hortícolas e frutícolas.



O PSD/Açores denuncia eventual encerramento de dez das 19 repartições de finanças

“A concretização de tal intenção representa uma inaceitável diminuição do nível de serviços prestados pelo Estado aos açorianos, nos concelhos e nas ilhas dos Açores. O encerramento indiscriminado de serviços de finanças prejudica o acesso dos cidadãos aos serviços do Estado, na medida em que ignora as especificidades da Região e mesmo dentro de cada uma das nossas ilhas”, afirmou o deputado social-democrata Pedro Gomes, na Assembleia Legislativa dos Açores.

Na apresentação de um voto de

protesto contra o possível fecho de repartições de finanças, previsto no PRACE, o parlamentar do PSD/Açores salientou que o “encerramento indiscriminado de serviços públicos nas ilhas dos Açores, aos vários níveis da administração pública, como forma de contenção da despesa pública, sem evidentes ganhos de eficiência, é uma opção política errada”.

Segundo Pedro Gomes, a melhoria dos serviços públicos “é uma exigência que se impõe sempre à administração, em benefício dos cidadãos, sem que tenha de implicar o encerramento de serviços”.

“A proximidade dos serviços, a pronta e eficaz resposta aos cidadãos, a segurança da relação directa com a administração fiscal são postas em causa com a opção que o governo da República se prepara para tomar”, considerou.

Lixo “deslocado” para o centro da Praia da Vitória

O PSD da Praia da Vitória considerou hoje que a edilidade local, através da empresa “Praia Ambiente”, está a “faltar” à sua obrigação de “manter a higiene e a salubridade nos meios urbanos”. Os social-democratas dizem mesmo que a autarquia “em vez de criar condições para melhorar a qualidade de vida na cidade, atenta contra os seus habitantes e contra a saúde pública”.

A concelhia presidida por Paulo Ribeiro revelou que “após várias localizações anunciadas”, a “Praia Ambiente, E.M.” se instalou definitivamente na antiga Escola Básica Vitorino Nemésio. Uma mudança “que não se ficou por uma

simples alteração da localização dos serviços técnicos e de atendimento ao público”, anteriormente instalados no edifício da Câmara, pois a empresa mudou-se “de armas e bagagens” e, para as novas instalações, “juntamente com os funcionários da empresa municipal, seguiram também os equipamentos que estavam no parque de máquinas da câmara municipal na Rua Comendador José Barcelos”.

Diz o PSD que “o que outrora foi um recreio de uma escola primária, é hoje um parque de carros e contentores de lixo”, estrutura que “coabita paredes-meias com casas particulares, comércio e restauração”. Os social-democratas concluíram que “com o novo parque de equipamentos de lixo instalado em zona habitacional”, torna-se por demais evidente que “o lixo foi transportado da periferia para o centro da cidade”, explicam.

Assim sendo a concelhia do PSD da Praia da Vitória entende que, novamente, a “Praia Ambiente” presta “um mau serviço aos praienses”. Esta situação vem juntar-se “aos aumentos da factura da água não anunciados”, e acompanha a “má recolha de lixos, nomeadamente no meio rural onde os contentores não são esvaziados por completo”, e que no centro da cidade “é feita em carrinhas de caixa aberta”. Para o PSD a Câmara Municipal “em vez de limpar a cidade, levou o lixo para o seu interior”, o que quer dizer que “com os elevados aumentos verificados este ano, os praienses pagam agora para terem o lixo à porta”, conclui uma nota divulgada hoje.

– **Dos nossos correspondentes no Gab. Imp. PSD/Açores e ALRA, fotos enviadas por Graça Batista**





ALMEIRIM

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almeirim para reunir no dia 29 de Março de 2008 (sábado), pelas 15h00, no Largo General Guerra, 29-1, Almeirim, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Discussão e aprovação das contas da Secção.
 2. Informações;
 3. Análise da situação política.

ALMODOVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almodôvar, para reunir no próximo dia 26 de Abril de 2008, pelas 14h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção:

Nota: O acto eleitoral decorrerá na Sede Local do PSD, entre as 14h30 e as 19h00, excepto se antes tiverem votado todos os militantes com capacidade eleitoral.

GOUVEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Gouveia a reunir no próximo dia 18 de Abril de 2008, às 18h00, na sede do PSD, com a seguinte ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, (15 de Abril), na sede do PSD de Gouveia

AS quotas devem ser pagas até ao 10º anterior ao acto eleitoral.

MORTAGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mortágua, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2008, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. João Lopes de Moraes, Mortágua, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

AS listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Para o efeito a sede concelhia encontrar-se-á aberta nesse dia das 21h00 às 24h00.

Núcleo de Leça da Palmeira

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do Núcleo de Leça da Palmeira, para uma assembleia de Núcleo a ter lugar no dia 29 de Março de 2008, pelas 17h30, na sede concelhia do Partido, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, freguesia, cidade e concelho de Matosinhos, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto um: Informações;
- Ponto dois: Análise da situação Política.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes do PSD, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 5 de Abril de 2008 (sábado), pelas 15h00, na Sede do Núcleo de Rebordosa, sito na Av. Bombeiros Voluntários nº 591, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informação e actividades;
 2. Apreciação e aprovação das contas anuais de 2007 e Orçamento de 2008;
 3. Análise da situação Político-partidária, Nacional e Concelhia

MANGUALDE

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mangualde, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Abril de 2008 (sábado), entre as 18h00 e as 21h00, na Estalagem Cruz da Mata, situada na Cruz da Mata, Mangualde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

Notas: A urnas estará aberta das 18h00 às 21h00.

As listas candidatas serão entregues ai Presidente da Mesa da Assembleia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

MONÇÃO (CPD VIANA DO CASTELO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Monção, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2008, pelas 20h30, na loja do rés-do-chão da Casa do Dr. Amaral, sita na Estrada de Valença, em Monção, com a

seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

As listas candidatas terão de ser entregues até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima indicado.

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 5 de Abril de 2008, pelas 21h00, na Rua Vasco da Gama, nº 6, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Política.



CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Braga para reunião a realizar no próximo dia 28 de Março de 2008, pelas 21:30 horas, na Sede do PSD Famalicão, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 214 3º em Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Actual;
- 3 – Marcação do Acto Eleitoral para a Comissão Política Distrital e para a Mesa do Plenário Distrital;
- 4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Pedro Rodrigues)

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Cantanhede, para uma reunião a realizar no próximo dia 19 de Abril de 2008 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD de Cantanhede, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política da Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente do Conselho Distrital de Coimbra ou a quem estatutariamente o possa

substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Cantanhede, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 18h00 às 21h00.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Ricardo Miguel Freire Lopes)

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Coimbra, para uma reunião a realizar no próximo dia 18 de Abril de 2008 (Sexta-feira), pelas 14 horas, na Sede do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política da Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Coimbra ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 14h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Carlos Miguel Mantas Matias Lopes)

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD da Lousã, para uma reunião a realizar no próximo dia 19 de Abril de 2008 (Sábado), pelas 18 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política da Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado à Presidente da Mesa do Plenário da Secção da Lousã, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 18h00 às 21h00.

A Presidente da Mesa do Plenário
(Ana Paula Sançana)

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Mira, para uma reunião a realizar no próximo dia 19 de Abril de 2008 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD de Mira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente do Conselho Distrital de Coimbra ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Mira, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Ricardo Miguel Freire Lopes)

MIRANDA DO CORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Miranda do Corvo, para uma reunião a realizar no próximo dia 19 de Abril de 2008 (Sábado), pelas 14 horas, na Sede do PSD de Miranda do Corvo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Miranda do Corvo, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 14h00 às 16h00.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Rui Adalberto Pereira Ramos)

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Oliveira do Hospital, para uma reunião a realizar no próximo dia 26 de Abril de 2008 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede do PSD de Oliveira do Hospital, sita na Rua Prof. António Ribeiro Garcia de Vasconcelos, n.º 17, 1.º, Dto., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Coimbra ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Oliveira do Hospital, sita na Rua Prof. António Ribeiro Garcia de Vasconcelos, n.º 17, 1.º, Dto., respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Ricardo Miguel Freire Lopes)

PENELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Penela, para uma reunião a realizar no próximo dia 19 de Abril de 2008 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD de Penela, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Penela, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Carlos Manuel Faria Mendes)

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Soure, para uma reunião a realizar no próximo dia 18 de Abril de 2008 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD de Soure, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Soure, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Gonçalo Fernandes)

CPS'S DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os Plenários das Secções da JSD do Distrito de Coimbra, para reunião a realizar nas datas e nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Coimbra.

Secção	Data	Horário de Urna Aberta	Local
Arganil	19/04/2008	18h – 20h	Sede do PSD de Arganil
Cantanhede	19/04/2008	18h – 21h	Sede do PSD de Cantanhede
Coimbra	18/04/2008	14h – 23h	Sede do PSD de Coimbra
Condeixa-a-Nova	19/04/2008	17h – 19h	Casa do Povo de C.-a-Nova
Figueira da Foz	19/04/2008	14h – 22h	Sede do PSD da Figueira da Foz
Góis	26/04/2008	17h – 19h	Sede do PSD de Góis
Lousã	19/04/2008	18h – 21h	Auditório Biblioteca Municipal (Lousã)
Mira	19/04/2008	18h – 20h	Sede do PSD de Mira
Miranda do Corvo	19/04/2008	14h – 16h	Sede do PSD de M. do Corvo
Montemor-o-Velho	19/04/2008	18h – 21h	Sede do PSD de .-o-Velho
Oliveira do Hospital	26/04/2008	15h – 18h	Sede do PSD de O. do Hospital
Pampilhosa da Serra	19/04/2008	18h – 21h	Sede do PSD da P.a da Serra
Penacova	18/04/2008	20h – 22h	Sede do PSD de Penacova
Penela	19/04/2008	18h – 20h	Sede do PSD de Penela
Soure	18/04/2008	21h – 23h	Sede do PSD de Soure
Tábua	19/04/2008	16h – 18h	Sede do PSD de Tábua
Vila N.de Poiares	19/04/2008	18h – 20h	Sede do PSD de Vila N. de Poiares

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário a quem compete realizar o acto ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local indicado para a reunião, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Ricardo Miguel Freire Lopes)

CONSELHO DISTRAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Coimbra, para reunir no próximo dia 1 de Maio de 2008, pelas 17 horas, na Sede Distrital do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário Distrital e da Comissão Política Distrital da JSD de Coimbra.

Nota:

a) As listas devem ser entregues em duplicado na Sede Distrital do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra ou a quem estatutariamente o possa substituir;

b) As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 23 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra
(Ricardo Miguel Freire Lopes)

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Almada, a realizar no próximo dia 27 de Março de 2008, pelas 21h15, na Sede Concelhia, sita na Rua Clube de Campismo, n.º 6 A, no Concelho de Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Apresentação e votação do relatório de actividades e contas do ano de 2007;

3 – Apresentação e votação do orçamento para o ano de 2008;

4 – Análise da situação político-partidária.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Miguel Salgado)

ÉVORA

Nos termos dos estatutos nacionais da JSD e nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Évora da JSD para reunir no dia 21 de Março de 2008 (Sexta-feira) pelas 22h00 na sede distrital da JSD de Évora, sito na Rua Cândido dos Reis 48, em Évora com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Apresentação do Plano de Actividades e Orçamento;

3 - Outros.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Évora da JSD
(Gonçalo Maria Gonçalves Lopes Figueira)



CONSELHO DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Évora, para reunir no dia 28 de Março de 2008, pelas 22 horas, na Sede

Distrital da JSD, sita na Rua Cândido dos Reis, N.º 48, em Évora, com a seguinte

ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço do 3º Semestre do Mandato da CPD-JSD;
- 3 – Apresentação e discussão do plano de actividades semestral;
- 4 – Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Évora
(Luís Tirapicos Nunes)

MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção da JSD de Mourão para reunir no dia 19 de Abril de 2008, entre as 16H00m e as 18H00m na sede concelhia da JSD/PSD em Mourão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas aos Órgãos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Évora
(Luís Tirapicos Nunes)

VIANA DO ALENTEJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção da JSD de Viana do Alentejo para reunir no dia 26 de Abril de 2008, entre as 16H00m e as 18H00m na sede concelhia da JSD/PSD em Viana do Alentejo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas aos Órgãos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Évora
(Luís Tirapicos Nunes)

CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e seus Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD/Algarve, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2008 (6ª feira), pelas 21h30, na Sede do PSD/Portimão, localizada na Rua Machado Santos, 17 - R/c, na cidade de Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Ratificação das actas dos dois Conselhos Distritais anteriores;
- 2 - Análise e balanço da actividade das Secções e da Distrital da JSD;
- 3 - Análise da situação política actual;
- 4 - Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Bruno de Azevedo Lage)

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da Secção de Setúbal, para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 20 de Abril de 2008, na respectiva Sede de Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20 horas.

As listas de Candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede de Secção.

Todas as Candidaturas relativas aos actos eleitorais da presente convocatória, devem obedecer aos actos eleitorais da presente convocatória, devem obedecer aos requisitos previstos no artigo 4º do Regulamento Eleitoral da JSD.

A Capacidade Eleitoral e a Votação encontram-se definidas no artigo 5.º e artigo 12º, respectivamente, do Regulamento Eleitoral da JSD.

Mediante qualquer dúvida, os esclarecimentos respeitarão sempre o Regulamento Eleitoral e os Estatutos Nacionais da JSD.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Nuno Carvalho)

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do regulamento eleitoral para os órgãos locais da JSD, convoca-se o acto eleitoral para eleição da Comissão Política e respectiva Mesa de Plenário da JSD da Póvoa de Lanhoso, para o dia 18 de Abril de 2008, entre as 20h30 e as 22h30, na Sede Concelhia da JSD/PSD, na Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD da Póvoa de Lanhoso.

As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Luís Amorim)